

Processos de subjetivação e Criatividade

Este capítulo tem como enfoque principal os processos criativos e a maneira pela qual estes nos constituem subjetivamente. Os processos de constituição subjetiva sempre foram alvo de estudos de diferentes áreas do conhecimento, não sendo, portanto, do domínio exclusivo da clínica psicanalítica. Logo, não é raro encontrarmos em outros campos proposições acerca da subjetividade que se encontram numa relação de pertinência, ressonância, com os processos criativos em questão.

Nesse sentido, Winnicott é, além de clínico, um pensador cuja teoria nos permite um trânsito entre sua concepção de criatividade e o que acontece, por exemplo, no campo das artes ou da filosofia. Apesar disso, o que Winnicott trata por criatividade não é a mesma coisa que entendemos como criação quando esta está tão somente relacionada a uma obra de arte; criatividade, para ele, relaciona-se ao estar vivo (Winnicott, 1975, pág.98). Assim ele nos diz:

a criatividade que estamos estudando relaciona-se com a abordagem do indivíduo à realidade externa. Supondo-se uma capacidade cerebral razoável, inteligência suficiente para capacitar o indivíduo a tornar-se uma pessoa ativa e a tomar parte na vida da comunidade, tudo o que acontece é criativo, exceto na medida em que o indivíduo é doente, ou foi prejudicado por fatores ambientais que sufocaram seus processos criativos. (Winnicott, 1975, pág.98/99).

Neste aspecto, a singularidade do conceito formulado por ele de espaço potencial ou transicional nos serve de ferramenta. Lugar no qual ocorrem os fenômenos através dos quais nos constituímos criativamente, ele tem a particularidade de não se situar nem na realidade interna, nem na realidade externa, constituindo um “vazio virtual” caracterizado por uma superfície de contato. Este espaço deve ser considerado como uma membrana ou interface:

Winnicott interessa-se pela superfície de contato, o espaço potencial como membrana ou interface: uma área, pois, de superfícies contíguas, arcaica mas não profunda, a partir da qual surgem sujeito e mundo como realidades psíquicas

diferenciadas. O que Winnicott pretende tematizar é o vazio virtual que une, ou separa, o mundo da cultura e o sujeito, para descrever a singular atividade psíquica que ali se inaugura. Ilusão da experiência, paradoxo da razão, eis o que Winnicott nos promete como fonte de vida psíquica, movimento de vaivém entre repouso no caos e síntese do diverso, sempre ambíguas, provisórias, sem princípio soberano de organização. (Rogério Luz, s/d, pág.9)

Espaço potencial dos processos criativos, através do contato com o que se encontra na realidade exterior inaugura-se um não-lugar no qual nossa própria realidade interior já não pode ser reconhecida, num duplo movimento que funda o indivíduo e o mundo, paradoxalmente a partir de uma superfície de contato entre eles.

Os processos criativos são possibilitados, inicialmente, pelos processos de ilusão. Para tal, é necessário que tenha havido um cuidado suficientemente bom a fim de que emergjam os potenciais inatos de cada indivíduo. Através dos cuidados de uma maternagem suficientemente boa, o indivíduo cria, gradualmente, um ambiente pessoal no qual eles (os processos de ilusão) se encontram presentes. Isso só é possível pela presença/ausência de uma mãe que, ao não impor seus humores e vontades, se adapta quase completamente às necessidades de seu bebê. Ao bebê é permitido, então, uma vivência de onipotência, na qual experimenta, ilusoriamente, o mundo como se este fosse uma criação sua.

A experiência de ilusão proporciona ao bebê uma vivência de haver criado o que encontrou. Neste encontro, no qual são essenciais as características reais do objeto que se encontra na realidade externa, o bebê se enriquece subjetivamente na medida em que esses dados reais de visão, cheiro e tato são incorporados à experiência subjetiva do bebê.

Aos poucos ele se confronta com os impasses que uma relação de alteridade provoca, e estes objetos deixam de ser experimentados de forma onipotente pelo bebê, aparecendo, então como reais. Dessa maneira começa, então, o processo de desilusão, que é tão importante quanto o de ilusão e que o complementa.

Podemos perceber que se trata, sempre, de uma experiência paradoxal: uma presença/ausência da mãe, assim como um mundo que deve já estar lá para ser criado. Da mesma maneira, ilusão e desilusão são processos articulados e necessários entre si e não, como pode parecer a princípio, antagônicos. Viver, para Winnicott, é paradoxal. E os processos criativos são o que constituem o viver.

Este pensamento paradoxal também está presente nas formulações de Winnicott sobre os objetos e fenômenos transicionais.

Segundo Bezerra, a idéia de transicionalidade aponta para um vasto e complexo campo experiencial. Para ele, Winnicott nos oferece uma nova topologia da vida psíquica, que revoluciona o entendimento acerca das relações entre o mundo interno e a realidade externa ao propor uma zona intermediária que está a elas relacionada sem, no entanto, pertencer a nenhuma das duas.

A partir da formulação desta terceira área, o espaço transicional (ou potencial), não será mais possível falarmos em termos dicotômicos sobre realidade interna e realidade externa, às quais estariam diretamente articuladas e, portanto, também colocadas em termos opostos, a subjetividade e a objetividade¹. É nesta área que aparecem os objetos transicionais, que também não são nem externos nem internos. É através dela, também, que se tornam possíveis os processos de simbolização e representação do mundo, estes sempre posteriores aos processos criativos.

Diante disso, uma discriminação entre eu e não-eu torna-se possível,

inaugurando uma nova fase no desenvolvimento da criança: a superação da dependência absoluta inicial e da experiência puramente subjetiva e o surgimento dos primeiros movimentos em direção à independência e ao reconhecimento da realidade externa. O ponto central a destacar nesta formulação é a construção de uma nova paisagem, na qual o mundo subjetivo e a realidade objetiva aparecem discriminados pela primeira vez, mediados por um campo entre o “*subjetivamente concebido*” e o “*objetivamente percebido*”, onde se situará progressivamente o brincar infantil, o uso da linguagem e de todas as criações que constituem a vida na cultura (Bezerra, 2007, pág.43)

Como item indispensável para a compreensão dos processos de constituição subjetiva, uma discussão mais aprofundada acerca da transicionalidade se faz necessária. Para tal, propomos uma intercessão com a filosofia através de algumas idéias de Gilles Deleuze, filósofo francês contemporâneo. Através de seu trabalho solo ou em parceria com Félix Guattari, este, por sua vez, um psicanalista, acreditamos ser possível uma análise dos processos criativos tais como propostos por Winnicott.

¹ Para um aprofundamento desta questão, ver “Considerações iniciais”, capítulo II.

Iniciamos esta discussão pela interlocução entre os conceitos winnicottianos de objeto e fenômeno transicional, e o de espaço potencial, com as sínteses passivas e ativas propostas por Deleuze em seu livro “Diferença e repetição”, conclusão de sua tese de Doutorado.

Ao nível de introdução, pelo desenvolvimento da idéia de sínteses passivas chegamos à conclusão de que somos constituídos por hábitos. Estes, por sua vez, são como impressões que, ao se imprimirem em nós, nos constituem a partir da diferença intensiva que instauram em nossa subjetividade. Placa sensível que somos, contraímos esses hábitos passivamente, através da repetição de elementos que, num determinado momento, passam a nos constituir.

Tais elementos vão desde impressões psíquicas ao mais orgânico de nossos componentes. Dessa maneira, nos constituímos enquanto um psicossoma, sendo impossível uma separação que colocasse em termos dualistas uma integração psique/corpo. Esses elementos, desdobrados em signos, emprestam um colorido singular a nossa existência. Assim, da mesma maneira em que nosso organismo carece de H₂O, bebemos uma água que nos ebria pelo prazer que provoca ao matar a sede.

Os signos se desdobram, por sua vez, em uma parte atual, representacional, e outra virtual, articulada às experiências do indivíduo. Como o que sempre escapa às atualizações, o virtual possui como capacidade inerente a possibilidade de nos lançar a saltos mais distantes, a experiências intensivas que nos remetem a uma outra constituição de si. Dessa maneira, é através de um prolongamento de sínteses passivas em sínteses ativas que vamos nos constituindo, sempre em processo, num fluxo contínuo de transformações próprias ao viver que nos afetam. Estes fluxos, relacionados a um devir que nos remete a novas configurações, não obstante são, paradoxalmente, imprescindíveis para que possamos nos reconhecer num território subjetivo.

Finalizando, o conceito de verdadeiro e falso *self*, de Winnicott, mantendo a singularidade de ser inseparável da realidade externa, nos permite avançar na reflexão acerca da experiência cultural, apesar de tratar de algo que diz respeito ao que há de mais íntimo em alguém.

Nesse sentido, por uma descrição de sua etiologia assim como de suas organizações, é possível entendermos a maneira como o subjetivo emerge a partir de um complexo campo de forças no qual o campo cultural exerce influência

direta em nossa existência, em nossos modos de desejar e agir. A potência desta reflexão está, principalmente, em nos demonstrar que, apesar da falta de ar fresco ao qual muitas vezes somos conduzidos, tal qual os habitantes de Argia, existe, sempre, a possibilidade de encontrarmos vida no mais fundo dos solos. Ainda que, para isso, tenhamos que encostar nossos ouvidos no chão.

3.1

Ilusão e dependência absoluta: as fontes dos processos criativos

Os processos criativos ocupam um lugar de importância crucial em nossa existência. Numa complexidade crescente, eles se encontram presentes desde os momentos mais primitivos de nossa vida – estes caracterizados por um período inicial de indiferenciação indivíduo-ambiente, no qual há a necessidade de um determinado ambiente, que deve ser suficientemente bom para que possa haver desenvolvimento.

A característica principal desse ambiente é proporcionar um cuidado que possibilite e facilite a emergência dos potenciais inatos de cada indivíduo que, então, cria gradualmente um ambiente pessoal, processo este facilitado pelos cuidados de uma maternagem suficientemente boa. Dessa maneira, o indivíduo passa da não-integração para a integração e da dependência para a independência.

Resumindo, a coisa acontece mais ou menos assim: após o nascimento, o bebê vive uma relação de total dependência do ambiente, que tem, por função, dele cuidar. Diante dessa necessidade especial do bebê, um ambiente satisfatório, que se apresenta na figura da mãe suficientemente boa, deve se adaptar quase completamente, o que possibilitará ao bebê a vivência de uma experiência de onipotência, na qual ele experimenta o mundo como se este fosse uma criação sua.

É interessante notar que, neste momento, o mundo ainda não é percebido pelo bebê como algo separado dele. Isto acontece porque este é um momento da vida marcado pelo paradoxo: o bebê depende integralmente dos cuidados a ele dispensados para que possa viver; ao mesmo tempo, é exatamente neste momento em que o ambiente tem um papel preponderante, que o bebê o desconhece completamente (ou, pelo menos, é assim que deveria ser).

Antes de chegar à independência, portanto, há uma fase de total dependência, na qual podemos entender a emergência dos processos de criação do bebê a partir dos cuidados a ele prestados, quando estes são suficientemente bons. Para Winnicott, o ser humano inicia o processo de criação ainda durante sua vida intrauterina, o que se prolonga pelo seu nascimento assim como pela sua vida afora. Ao nascer, o bebê lança ao mundo um gesto, espontâneo, que, quando é acolhido, permite ao bebê continuar a ser.

Podemos também dizer que nesta relação há a emergência de um ser, embora ainda larvar. Aqui encontra-se a importância do outro, a mãe, que deve proteger esse bebê a fim de que ele possa levar adiante o seu “continuar a ser”. Para o bebê, é como se o mundo, que aos poucos vai se apresentando, fosse sua criação – um mundo que se apresenta para que o bebê possa criá-lo, o que é totalmente diferente de representações transmitidas por um outro. A mãe suficientemente boa permite essa criação primária do bebê, “dando-lhe certeza absoluta que a criação deste mundo, que ele vivencia vagarosamente, é dele, bebê, e somente dele” (Maia, 2007, pág. 70).

A mãe deverá, então, proporcionar um ambiente bom no qual o bebê sinta a confiança em si mesmo, e se sinta como o autor de sua própria vida. Para que isso aconteça, ela deverá poder identificar-se com seu bebê, mais ou menos adivinhando o que ele necessita, e na hora certa. Isto é, o bebê lança ao mundo um gesto espontâneo que nasce de sua necessidade pessoal pelo simples fato de estar vivo; a mãe, então, percebe o chamado deste gesto e se coloca à disposição, oferecendo-lhe o que ele precisava e ansiava por encontrar.

Essa consonância entre mãe e bebê, facilitada e possibilitada pelo amor que a mãe tem pelo filho (sendo este o fator responsável para que haja uma identificação dela com ele), permite ao bebê viver a experiência de ter criado, onipotente e paradoxalmente, o que encontrou. Ou seja, a mãe, em sua invisibilidade essencial, sustenta a experiência de uma ilusão vivida pelo bebê.

A presença confiável e adaptada da mãe capacita o bebê a perceber a realidade como algo que lhe é exterior e na qual os objetos aparecem e desaparecem. Isso é possível graças à experiência de onipotência que, por sua vez, só acontece mediante os cuidados de uma mãe suficientemente boa. Confiante, o bebê pode tolerar uma certa ausência do objeto, pois ele de alguma forma sabe que o objeto irá, num outro momento, aparecer. Como nos diz Winnicott, “através

da magia do desejo, podemos dizer que o bebê tem a ilusão de possuir uma força criativa mágica, e a onipotência existe como um fato, através da sensível adaptação da mãe” (Winnicott, 1990b, pág.126).

Vivenciar a onipotência, em condições favoráveis, conduz o bebê a uma experiência na qual ele se sente alimentado por um objeto que possui e controla. Instalado esse processo, ele passa a confiar em seu desejo como fonte de possibilidade, sendo este um incentivo ao contato com o mundo externo (Phillips, 2006).

Este primeiro momento de crença num controle mágico da realidade é essencial. Definido por Winnicott como uma ilusão vivida pelo bebê, propiciado pela técnica adaptativa da mãe em seus cuidados suficientemente bons, ele torna possível uma gradual desilusão do bebê, que percebe, de acordo com suas possibilidades, que este controle não existe, o que fomenta a sua relação com a realidade externa.

Para que possa se identificar a tal ponto com o bebê, a mãe precisa de algo como um despregar-se de si, ou seja, ela não deverá impor ao bebê seus humores e suas vontades. Neste momento da relação, a mãe ocupa um lugar que é paradoxal em sua natureza: é ao mesmo tempo em que ela não deve aparecer como uma pessoa para o bebê que, estranhamente, ela é a pessoa mais importante para ele.

Ausentar-se na relação é o que possibilita que o mundo se apresente e seja, onipotentemente, apreendido pelo bebê. É só assim que a mãe dá ao bebê a possibilidade de ser criador do mundo, apresentando-lhe os seus pequenos pedaços a fim de que possam ser significados. Fazendo parte desta mesma engrenagem, estão os processos de constituição subjetiva pelos quais o bebê torna-se, também, criatura.

Num texto intitulado “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil” (Winnicott, 1975), Winnicott analisa a influência nos processos criativos do modo pelo qual a mãe se coloca em sua relação com o seu bebê. Ele se utiliza da função especular exercida pela mãe, principalmente nos momentos iniciais do desenvolvimento.

Ao ser segurado e satisfatoriamente manejado, a apresentação de objetos se dá de uma maneira tal que a experiência de onipotência do bebê segue sem ser violada, tendo como resultado a sua capacidade para usar um objeto e sentir-se

como se esse objeto fosse um objeto subjetivo, ou seja, criado por ele (idem, pág.154). É o que acontece, por exemplo, quando a mãe lhe oferece o seio. Condizente a uma maturação sadia, o bebê, ao desenvolver-se, passa a olhar a sua volta e o que vê tem influências diretas na maneira como irá se relacionar com o mundo.

Ao mamar, o mais comum é que ele olhe para o rosto da mãe. O que acontece nesse momento é algo da ordem do pré-verbal, uma comunicação não verbalizada e não-verbalizável, onde o bebê, ao olhar a mãe, vê a si mesmo. Ou, dito de outra forma, ele vê a mãe e *“aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali”* (ibidem, grifos do autor). É o seu reflexo, o que ele vê. Refletido, ele expande sua experiência de subjetivação.

Porém, quando o que lhe aparece é o rosto de sua mãe, na rigidez de suas próprias defesas, onde o que se reflete é o humor dela, o bebê não consegue receber de volta o que está dando – ele olha e não se vê. Dessa maneira, como nos diz Winnicott, é a sua capacidade criativa que começa a se atrofiar e o bebê, então, deverá procurar outros meios de obter de volta algo de si mesmo do ambiente. Assim, talvez ele o consiga ficando constantemente doente ou agressivo, algo que faz com que o rosto fixo da mãe possa responder de alguma maneira.

Depois, o bebê se acostuma à idéia de que, quando olha, o que é visto é o rosto da mãe. O rosto da mãe, portanto, não é um espelho. Assim, a percepção toma lugar da apercepção, toma o lugar do que poderia ter sido o começo de uma troca significativa com o mundo, um processo de duas direções no qual o auto-enriquecimento se alterna com a descoberta do significado no mundo das coisas vistas (Winnicott, 1975, pág.155)

Ao impor seus humores e negar, assim, que o bebê possa, através de seu reflexo refletido em seu olhar, ir conhecendo na medida de sua capacidade as coisas do mundo, são os processos de ilusão que estão, desde o início, bloqueados. Não há, então, a superposição de duas linhas que vêm de direções diferentes e que se superpõem para que algo de novo possa emergir. O que há é uma preocupação precoce com um mundo que lhe aparece desde seu lugar de alteridade, não permitindo ser subjetivamente concebido pelo bebê.

Como nos diz Winnicott em seu texto denominado “O desenvolvimento emocional primitivo”, é pela repetição, pela monotonia na qual a mãe apresenta continuamente um pedacinho simplificado de mundo ao bebê que este passa a conhecer. A mãe deve manter afastadas de seu bebê complicações que ele ainda não é capaz de compreender. “Toda falha relacionada à objetividade, em qualquer época, refere-se à falha nesse estágio do desenvolvimento emocional primitivo” (Winnicott, 1945, pág. 228).

E, para que aconteça um desenvolvimento emocional satisfatório, é fundamental haver uma comunicação entre a mãe e o bebê. Uma comunicação que acontece num nível pré-verbal, ausente, portanto, de representações. Nesta relação, é pela apercepção que é possível ao bebê perceber os objetos do mundo que, num primeiro momento, são concebidos como subjetivos ou, podemos dizer de uma forma bastante simplificada, os objetos ainda não são compreendidos como algo que faça parte de um mundo separado do mundo do bebê, pois este ainda vive numa relação de onipotência na qual o mundo se apresenta como se fosse uma criação sua.

É através da sua relação com a mãe, que lhe apresenta o mundo em doses compatíveis à sua compreensão, que o bebê vai se apoderando do que lhe é externo e, dessa forma, se enriquece subjetivamente. Por isso os objetos são subjetivamente concebidos nesse primeiro momento e aos poucos vão sendo reconhecidos como não-eu, ou seja, passam a ser objetivamente percebidos.

Dessa maneira, o bebê vai concebendo o mundo e o que lhe pertence. De acordo com Winnicott, no texto citado acima, podemos dizer que a adaptação à realidade se dá da seguinte forma: apesar de ainda não ser definido pelo bebê como externo, ele se relaciona com um objeto a partir de impulsos instintivos e idéias predatórias.

A “sobrevivência” desse objeto e a sua permanência em diferentes experiências similares favorece o que Winnicott chama de um momento de ilusão, no qual aquilo que o bebê alucina é o que encontra na realidade e, enquanto real, é dotado de detalhes reais de visão, sensação, cheiro, dentre outros – detalhes estes que serão evocados na próxima alucinação.

Reiterando: é porque a mãe, enquanto suficientemente boa, não impõe seus humores e vontades, que ela permite ao bebê a experiência de ilusão. Para o bebê, é como se ele houvesse criado os objetos que encontra. No entanto, estes objetos

existem de fato, e suas características reais serão incorporadas ao mundo interno do bebê que está se constituindo, enriquecendo-o subjetivamente. Em sua relação com objetos reais, o bebê, que deve ter a experiência de haver criado esses objetos, aos poucos vai se confrontando com os impasses que uma relação de alteridade provoca, na medida em que estes mesmos objetos experimentados de forma onipotente pelo bebê começam a aparecer como reais. É assim que, pela ilusão tem início um processo que lhe parece oposto a princípio, mas que, na verdade, o complementa: a desilusão.

O momento de ilusão é o momento em que tanto a mãe quanto o bebê vivem uma experiência, sendo o que não faz parte nem da experiência da mãe, por ela mesma, nem do bebê como um indivíduo, mas é algo que acontece a partir deste encontro entre mãe e bebê, com efeitos para ambos: “imagino esse processo como se duas linhas viessem de direções opostas, podendo aproximar-se uma da outra. Se elas se superpõem, ocorre um *momento de ilusão*” (idem, pág. 227, grifos do autor).

A sobrevivência do objeto aos impulsos agressivos do bebê, que se apresentam de diversas maneiras e que não têm, necessariamente, a intenção de destruir, é o que vai permitir com que o bebê viva uma experiência juntamente com este objeto. Assim é a relação do bebê com o seio materno, na qual, ao tolerar e compreender, a mãe produz uma situação que pode resultar num primeiro vínculo estabelecido pelo bebê com um objeto externo – um objeto que é externo ao eu do ponto de vista do bebê embora ainda não seja concebido por ele dessa forma. No momento de ilusão, o seio ou é uma ilusão do bebê, ou um objeto da realidade externa. Isto é: ele é os dois, ao mesmo tempo, não pertencendo nem à realidade interna do bebê, nem à realidade externa. Este paradoxo deve ser sustentado.

Assim nos diz Winnicott:

o bebê vem ao seio, quando faminto, pronto para alucinar alguma coisa que pode ser atacada. Nesse momento aparece o bico real, e ele pode então sentir que esse bico era exatamente o que ele estava alucinando. Assim, suas idéias são enriquecidas por detalhes reais de visão, sensação, cheiro, e na próxima vez esses materiais serão usados na alucinação. Deste modo ele começa a construir a capacidade de conjurar aquilo que de fato está ao alcance. A mãe deve prosseguir fornecendo ao bebê este tipo de experiência (ibidem, pág. 227)

Dessa maneira, podemos inferir que a importância da realidade não se encontra apenas nos limites que estabelece a partir de um princípio de realidade que, por sua vez, se impõe ao princípio de prazer. A realidade, para Winnicott, está diretamente articulada com a possibilidade de expansão subjetiva devido aos dados reais que passam, então, a compor a experiência subjetiva. Isso é verificável, por exemplo, na medida em que, ao ser aceita enquanto tal, a realidade externa permite que o subjetivo possa ser usufruído, já que ela existe como parâmetro por ser suficientemente levada em conta e não mais concebida de forma onipotente.

A aceitação da realidade depende da maneira como ela foi apresentada desde os estágios mais primitivos. Pode ser que ela tenha sido percebida, de uma maneira preponderante, como intrusiva – o que não favorece os processos criativos, pois o fenômeno da ilusão não acontece, já que o bebê experimenta algo para o qual ainda não está preparado.

O bebê, então, não consegue entender de forma satisfatória e, conseqüentemente, não encontra lugar dentro de si mesmo para tal experiência (Phillips, 2006, pág.23). Ou, no caso de um cuidado suficientemente bom, realidade externa é apresentada de uma forma condizente com a capacidade do bebê para com ela lidar.

Neste último caso, os dados da realidade constituem esse ser emergente, pois serão objetos subjetivamente concebidos. No entanto, mesmo assim a realidade não se curva totalmente à experiência de onipotência do bebê; há sempre algo que escapa de seu controle, pois se trata de alguma coisa que existe para além dele, com vida própria.

O processo de ilusão é fundamental para o resto da vida do indivíduo. E, por sua vez, o início da relação entre a mãe e o bebê é o fundamento tanto para os processos de ilusão quanto para a desilusão. Nesse estágio, o mundo do bebê é significado pelo olhar da mãe, através do estabelecimento de uma comunicação criativa entre eles. Trata-se de uma comunicação silenciosa, não-verbal, inconsciente, que se estabelece através da mutualidade. Por essa comunicação, o bebê adquire a possibilidade de brincar, uma vez que a ele é permitido vivenciar experiências de forma criativa. É porque se estabelece uma relação de confiança que esta interação pré-verbal acontece. Como nos diz Maia,

a comunicação silenciosa se constitui a partir do *holding* materno em relação ao bebê, e coloca em cena, principalmente, a questão da confiabilidade do bebê no ambiente que o circunda. Essa confiança advém da proteção necessária ao bebê, por parte da mãe, em sua preocupação materna primária, em relação aos *impingments* que o meio, externo a essa díade, possa cometer (Maia, 2007, pág.74)

Nesse momento que estamos comentando, não há um bebê e uma mãe, e sim uma díade mãe/bebê, como nos afirma a autora citada acima. O bebê ainda não se constituiu como uma pessoa, como uma unidade. Tratamos, portanto, dos primórdios dessa relação, onde, pelo seu olhar, a mãe integra o bebê quando este ainda não pode fazê-lo. Logo, ainda não há um bebê. E também não há uma mãe, tamanha a identificação desta com o bebê, num processo no qual há uma espécie de isenção de si onde a mãe deve constantemente tornar-se aquilo que o bebê necessita que ela seja.

Em seus cuidados para com o bebê, a mãe, com sua constância e, paradoxalmente, sua ausência, cria um ambiente confiável no qual o bebê pode brincar, ou seja, experimentar de forma criativa o seu continuar a ser, fazendo parte desse processo o momento de ilusão. Através do *holding* a mãe protege o bebê das invasões de um meio para o qual ele ainda não está apto a enfrentar – o que acontece progressivamente se tudo vai bem.

O sucesso do *holding* e, conseqüentemente, da comunicação silenciosa é o que constitui um playground, um lugar para o qual o indivíduo pode se retirar para um recreio, e se isolar positivamente. É ao mesmo tempo em que a comunicação e o outro são fundamentais que somos constituídos por um núcleo incomunicável ou, o que dá no mesmo, que somos isolados. E é pelo olhar da mãe que o bebê vai constituindo o seu próprio olhar, se constituindo como pessoa e percebendo a mãe enquanto tal. Segundo Maia,

se o bebê tiver tido uma função especular criativa e criadora, ele terá tido tempo de entender tanto o coração materno quanto o seu, e começará a existir como um ser total e em um viver criativo. O bebê que não tiver tal sorte, não saberá existir, porque não terá sequer começado a existir por si só; permanecerá capturado no olhar materno. Esse olhar lhe refletirá as necessidades da sua mãe, e ele deverá estar preparado para atendê-las e entendê-las precocemente. Para esse bebê, a agressividade não será expressão de um gesto espontâneo seu; será uma reação a esse olhar que não mais o reflete nem o aceita (idem, pág. 77)

Nesta citação, a autora nos aponta algumas conseqüências de uma maternagem que não foi suficientemente boa, na qual a mãe se apresenta precocemente ao bebê como uma pessoa, não permitindo a ele a ilusão de havê-la criado: a este bebê estão negados os processos criativos e ele, então, no lugar de criar deverá reagir a esse mundo. Dessa maneira, encontram-se prejudicados os meios pelos quais o bebê se enriquece subjetivamente através de sua relação com o mundo.

Podemos entender reagir como o oposto de criar, ou seja, é quando a relação entre mãe e bebê não é suficientemente boa que o indivíduo não emerge enquanto tal. Ele precisa reagir a esse ambiente hostil, encontrando-se destituído de sua criatividade. Nesse caso, não houve o *holding* necessário, o que ocasiona uma relação traumática na qual o bebê reage com um estado confusional ou até mesmo um estado de aniquilamento. O isolamento necessário acontece unicamente por uma reação a um ambiente percebido como intrusivo, um ambiente que não permite ao bebê continuar a ser. Este isolamento, portanto, difere do isolamento primário, citado anteriormente².

Podemos, então, afirmar que o modo pelo qual o indivíduo é afetado pelas tendências do ambiente provoca processos de criação ou reação. Winnicott, em seu texto “Psicose e cuidados maternos” (Winnicott, 1952), retrata o que acontece em cada caso: numa relação que resulta num vetor criativo, há, inicialmente, o indivíduo isolado. Ao se movimentar, ele descobre o ambiente através do componente agressivo que é, neste momento inicial, a motilidade. Anteriormente, nos referimos a este momento como “gesto espontâneo”.

Já existe, nesse movimento, processos de criação. O ambiente, nesse caso, não é intrusivo, permitindo ao indivíduo continuar a sua experiência de ser. Daí em diante a intrusão é aceita porque o indivíduo foi capaz de criar seus próprios meios para lidar com ela. E, dessa maneira, inicia-se o processo de desilusão já que a realidade começa a se apresentar como tal, impondo certas condições que terão que ser dribladas pelo bebê.

É importante que haja uma adaptação ativa do ambiente às necessidades do bebê, porque é só assim que ele pode manter-se em isolamento sem ser perturbado, isto é, não há um ambiente intrusivo que exceda as suas capacidades

² Para um maior aprofundamento, cf. cap. II.

para lidar com ele. O bebê de nada sabe e ele não tem que se preocupar precocemente com o que o cerca. Nesse estado, ele faz um movimento espontâneo e o ambiente é descoberto sem perda da sensação de ser. Um momento de ilusão acontece.

Este processo nos remete a uma das dimensões paradoxais do viver, que Winnicott apresenta sob o paradoxo: *a capacidade de estar só na presença de alguém*, onde, segundo ele, a capacidade de estar sozinho depende e começa com a experiência da criança de ficar sozinha na presença de sua mãe. “Como a mãe está lá, mas de forma não exigente (como um ego auxiliar), ela pode estar ausente da mente da criança em termos de preocupação total; a criança está segura o suficiente, então, para ficar absorta em si mesma” (Phillips, 2006, pág.54).

No outro caso, que é quando o indivíduo reage ao ambiente, o que temos é um isolamento primário perturbado por uma intrusão do ambiente, ou seja, não há um gesto espontâneo do bebê ao qual o ambiente responde; não há motilidade que parta do bebê em direção ao ambiente; ou, ainda, não há a presença do componente agressivo. O momento de ilusão não se instaura. O que acontece é uma intrusão do ambiente que provoca reações do indivíduo. A sensação de ser, nesse caso, é perdida, podendo ser readquirida somente por uma volta ao isolamento. O indivíduo, então, se isola, tratando-se, agora, de um isolamento secundário: se isola a fim de se defender, pois reage a um ambiente que sente como algo que o ameaça.

É este tipo de experiência que produz as distorções psicóticas, nas quais os relacionamentos provocam uma perda na sensação de ser, readquirida apenas por um retorno ao isolamento. Este isolamento, com o passar do tempo, se transforma cada vez mais numa organização defensiva, à medida que a criança cresce, para afastar a intrusão ambiental.

Podemos perceber o quanto é importante a relação mãe/bêbê para os processos de constituição subjetiva. Além de todos os efeitos já discutidos, nos adiantaremos um pouco numa questão que será desenvolvida mais adiante: a constituição do *self*.

Dessa maneira, para os bebês cujo *holding* fracassou e eles não possuem a opção de retirar-se criativamente para o que, mais acima, chamamos playground, o núcleo de seu ser se encontra, desta forma, ou escondido ou nem mesmo foi

constituído, o que terá implicações diretas na constituição do que Winnicott denominou de verdadeiro *self*.

Este autor atribui grande importância à função especular da mãe, considerando-a função materna primária. Para ele, “a fim de olhar criativamente e ver o mundo, o indivíduo, antes de tudo, deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado” (Winnicott apud Maia, pág. 75).

Porém, algo não vai bem quando o olhar materno não reflete o bebê, e sim a mãe, em seus humores aos quais o bebê terá que se adaptar, o que tem como consequência um não saber existir por si próprio. Agindo dessa forma, a mãe não permite ser percebida pelo bebê como uma criação sua, e ele se depara com uma imagem que não entende e é forçado a entender cedo demais (Maia, 2007, pág. 77). Como nos diz Maia, “nessa superfície especular, o bebê vê um “monstrengo”, por não ser nem ele, nem criação dele, e sim a expressão de um outro que ele não consegue “alucinar” como sendo criado por ele, já que é a ele imposto como sendo sua imagem” (idem).

O rosto da mãe é um traço essencial no processo que Winnicott descreve de um objeto sendo apresentado de tal modo que a legítima experiência de onipotência por parte do bebê não seja violada. Se o objeto for incapaz de responder ao gesto do bebê de necessidade pessoal, o *self* central sofre um ataque. Se a mãe é incapaz de se adaptar a seu lactente no início, ele será incapaz de se reconhecer na distraída resposta dela (Phillips, 2006, pág.183).

Este momento, embora aconteça ainda numa fase muito inicial, como pudemos ver, é de importância crucial aos estágios que o sucedem, como por exemplo, os que pertencem ao que Winnicott chama de “uma relação primária com a realidade externa”. Este estágio acontece após a integração e tem a particularidade de estar nunca concluído e, a despeito disso, está definitivamente estabelecido (Phillips, 2006, pág.125). Este contato preliminar é possível através do que foi denominado por Winnicott de “momentos de ilusão”, processos estes que estão diretamente articulados aos processos criativos.

Destacamos alguns fatores que dependem direta ou indiretamente do processo de ilusão. No entanto, achamos interessante também destacar o uso que Winnicott faz desse termo, pois ele o apresenta de forma muito singular, até mesmo contraditória, em relação à concepção usual que temos desta palavra.

Por ilusão, geralmente pensamos em algo enganoso, “ou como algo em que podemos acreditar para nos protegermos de uma realidade mais inaceitável” (idem). Para Winnicott, no entanto, é somente através da ilusão que o bebê pode chegar à realidade. Quando ele está faminto, por exemplo, ele fantasia um seio que satisfaz e, se ocorre um momento de ilusão proporcionado por um cuidado suficientemente bom, é nessa hora em que a mãe oferece, a ele, o seio real. O bebê, então, tem uma experiência de criação dessa mãe da qual ele se alimenta, através de sua alucinação e, ao mesmo tempo, apresentação do mundo. Dessa maneira, é possível ao bebê conceber de forma imaginativa o seio a partir de seu desejo por ele.

“Através da identificação empática da mãe com o desejo de seu bebê, ele pode acreditar, quando tem fome, que foi ele quem criou aquilo que, na verdade, apenas encontrou” (Phillips, 2006, pág.126). Daí a formulação do paradoxo: *o objeto precisa estar lá para que possa ser criado*. Mãe e bebê precisam estar juntos nesta relação – ele, com ímpetos pulsionais e idéias predatórias; ela, com a vontade de ser atacada por um bebê faminto.

É como se estes dois fenômenos – bebê faminto e mãe pronta para ser atacada – fossem linhas vindas de direções opostas, propensas a se aproximarem; se elas se sobrepõem, há um momento de ilusão, o que é proporcionado pela vivência da experiência pelos dois da relação. A partir de então, o bebê pode tomá-la tanto como sendo sua alucinação quanto como algo pertencente à realidade externa. O desenvolvimento deve ser compreendido em termos de um processo criativo de colaboração.

Inicialmente o bebê, em sua experiência de onipotência, só tolera ser alimentado por um objeto que possui e controla; e a mãe, se suficientemente boa, se adapta a essa necessidade. Essa experiência, repetida várias outras vezes, lhe dá confiança em seu desejo como fonte de algo possível. Dessa maneira, começa um frutífero relacionamento com a realidade externa, pois

somente se o objeto reconhecidamente se apresenta quando desejado é que ele pode ser gradualmente esperado e consequentemente cobiçado; somente então o mundo interno da criança encontra um incentivo para o contato com o mundo externo. Pelo fato de seu desejo ter sido atendido e satisfeito é que ele pôde ter a experiência primitiva de um encontro entre o interno e o externo (Phillips, 2006, pág.127)

A partir desta formulação, Winnicott trata com originalidade também a sua concepção acerca da fantasia, pois esta passa a ser compreendida não como algo que viria substituir a realidade, mas ela é o caminho do bebê, o seu meio de contato com o que lhe é externo.

A capacidade do bebê para a ilusão é sustentada pela tarefa da mãe de proteger seu bebê de complicações que ainda não podem ser entendidas por ele, apresentando a ele o mundo em pequenas doses, de forma que ele possa dele se utilizar criativamente. O mundo apresentado pela mãe deve ser simples, nada além de sua capacidade de tolerância e compreensão.

Apresentada dessa forma, a realidade externa promove alívio e satisfação, não só por possuir os objetos reais que aplacam as necessidades, mas também porque, ao impor limites para a fantasia, a realidade pode ser desfrutada enquanto tal. Da mesma maneira, ela não deverá se impor, provocando submissão.

Em ambos os casos, são os processos criativos que serão prejudicados, com uma conseqüente quebra da espontaneidade e uma ausência do sentido de real. A fantasia, quando não encontra limites na realidade, pode ser compreendida pelo que Winnicott chama de “devanear”, processo no qual pelo controle onipotente da realidade o indivíduo tem seu contato com ela diminuído o suficiente para que, ao dela se desligar, interrompa os processos criativos inerentes ao viver. Ele, então, sonha acordado, faz tudo sem nada fazer.

A ilusão está diretamente articulada a “um estado intermediário entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade” (Winnicott, 1975, pág.15). É através dela que será possível ao bebê construir gradativamente um espaço potencial entre os objetos pertencentes à realidade externa e a sua subjetividade emergente. Inicialmente, possibilitado pela ilusão, o bebê concebe subjetivamente esses objetos que, gradualmente, vão sendo recolocados por ele como pertencentes à realidade externa. É a partir destes encontros que o bebê se constitui subjetivamente, uma vez que ele tem “a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua capacidade de criar” (idem, pág.27).

3.2

Da dependência absoluta à dependência relativa: o ódio e os processos criativos

Vimos anteriormente como a ilusão é essencial para a constituição subjetiva do bebê, pela forma como está diretamente implicada nos processos criativos e na maneira pela qual a realidade externa não pode ser compreendida em oposição à realidade interna. Na mesma medida, devemos entender a desilusão. No entanto, apesar das semelhanças, ilusão e desilusão são processos que operam a partir de vetores diferentes e que não se opõem, mas, antes, se complementam.

Acontecendo ainda num momento em que o bebê se encontra num estágio de não-integração, a ilusão é o que Winnicott sugere como “um contato preliminar do bebê com a realidade externa” (Phillips, 2006, pág.125), e, através dela, momentos de integração poderão ocorrer, o que se faz de forma cada vez mais intensa durante o desenvolvimento.

Paralelamente à ilusão, de maneira gradualmente crescente, a realidade externa se apresenta em sua concretude, impondo-se à experiência de onipotência do bebê. É importante ressaltar que, para que isto ocorra, é necessário que o processo de ilusão tenha sido bem sucedido. Se a realidade se impõe segundo as premissas de um cuidado suficientemente bom, os dados reais são incorporados à experiência subjetiva do bebê que, assim, é por eles enriquecido. Ele, então, começa a perceber que existe um mundo que lhe é exterior e que não está totalmente sob seu controle, esforçando-se para adquirir meios de lidar com essa realidade a fim de não ser, a ela, submetido.

Começa, então, uma relação criativa entre bebê e mundo. Uma vez estabelecido esse processo, ele será retomado durante toda a existência do indivíduo, sendo esta a compreensão de desenvolvimento e maturidade para Winnicott. Dito de outra forma: Nem desenvolvimento, nem maturidade são sinônimos de uma evolução que aconteceria de forma linear, na qual o estágio anterior seria sempre ultrapassado pelo seguinte que, por sua vez, o anularia. Da maneira como entendemos desenvolvimento para Winnicott, este se apresenta na forma de uma espiral, num trânsito reversível sobre suas órbitas.

Possibilitada pela ilusão, a desilusão está relacionada pela maneira como o mundo é apresentado ao bebê, respeitando-se a sua crescente capacidade para com

ele lidar. É assim aos pouquinhos, e só assim, que é possível ao bebê manter com a realidade uma relação na qual o que se apresenta não lhe é imposto e, dessa forma, passa a constituí-lo.

Esse mundo que é apresentado é também investido pelo bebê, o que acontece, neste momento inicial, tanto pelo processo de desilusão quanto pela agressividade, que é o que impulsiona o bebê a buscar algo que lhe é exterior. A agressividade, então, se encontra diretamente articulada aos processos criativos, pois ela é essencial à relação entre o bebê e o mundo. Uma mãe suficientemente boa é uma mãe capaz de lidar com os impulsos agressivos de seu bebê, o que só é possível se ela tiver sido capaz de lidar com seu próprio ódio.

As coisas se encontram bem complicadas se isto não acontece. Assim, a agressividade que está articulada aos processos de criação não se manifesta, o que vai ter implicações num estágio posterior da vida do indivíduo. Para que possamos entender melhor esta afirmação, peguemos um exemplo especial para nossa exposição, pois envolve um tipo de agressividade primária: o que Winnicott chama de *ruthlessness*.

Inicialmente, o relacionamento objetal é impiedoso – o bebê ainda não tem concernimento sobre a existência de um outro alguém (a mãe) ou mesmo sobre sua própria pessoa enquanto um ser separado dos demais, pois ainda não houve o que Winnicott denomina integração. Isto quer dizer que, neste estágio de não-integração anterior ao *concern*, existe uma rendição aos impulsos por parte do bebê.

Podemos falar numa retaliação primitiva que acontece no estágio mais primitivo da relação objetal, no qual o ambiente é indiferenciado do indivíduo. Dessa maneira, o indivíduo é tanto o objeto (pois ainda não se diferencia dele) quanto deseja o objeto. O objeto, nesse momento, é criado pelo desejo ou alucinado, posto que ainda não existe a realidade externa enquanto tal, configurando o que mais acima chamamos de objeto subjetivamente concebido.

É nesse terreno que a *ruthlessness* pode acontecer, e o bebê pode amar e odiar seu objeto, com a crença de que ele resistirá. A mãe é a única de quem se pode esperar que tolere esses estados, comuns na criança normal e que voltam em estágios posteriores. Aliás, esses estados de *ruthlessness* precisam estar disponíveis na saúde, pois como nos diz Winnicott, “sem a possibilidade de

brincar sem compaixão, a criança terá que esconder seu eu impiedoso e dar-lhe vida somente em estados dissociados” (Winnicott, 1945, pág. 230)

Com o decorrer de todo esse processo, passamos da fase de dependência total a outra na qual ainda há dependência, mas esta agora é relativa. Se tomamos como parâmetro a experiência de onipotência, podemos dizer que, embora ainda viva experiências de onipotência, ele já reconhece um ambiente do qual depende.

Isso só acontece porque a criança já se percebe como uma unidade e já possui senso de si mesmo. Podemos também dizer que ela já possui o *self* integrado. A partir deste momento, sua capacidade de lidar com as falhas de sua mãe encontra-se aumentada, podendo ocorrer uma gradual desadaptação da mãe às necessidades de seu bebê.

A falha da mãe suficientemente boa está diretamente articulada com o processo de integração da criança, tratando-se de um aspecto necessário ao desenvolvimento do bebê. Acima, mostramos a importância do papel da mãe para a ocorrência da ilusão; agora, mostraremos a importância da falha da maternagem para a desilusão, ambos processos importantes para a criatividade.

Nesse sentido, é a partir das falhas da mãe que o bebê pode então mostrar quais são suas necessidades, “enviando a ela um sinal de que é capaz de lidar com a espera e com as conseqüências de seus atos” (Maia, 2007, pág. 79), já que a mãe vai aos poucos se liberando de adivinhar o que o bebê precisa. A mãe libera o bebê para que pense por si mesmo e o bebê, por sua vez, a libera para que toque sua vida, desobrigando-a de possuir uma “preocupação materna primária”.

Como nos diz Maia, a mãe se desenha de seu bebê a fim de “relaxar-e-permitir-que-seu-bebê-cresça” (Maia, 2007, pág. 80). Ao agir dessa forma, a mãe permite que o bebê dê o sinal necessário para sua auto-realização e, a partir daí, ele conseguirá atingir o estágio do *concern* e a capacidade de usar o espaço transicional.

Não permitir a sua auto-expressão devido a um “apegamento” excessivo provoca uma quebra na continuação de ser do bebê. Portanto, na dependência relativa ainda há um relacionamento dual, mas agora mãe e bebê são percebidos de forma separada, embora a mãe seja, ainda, um misto de objeto subjetivo e objeto real. Nessa fase, a mãe está situada na área denominada por Winnicott de “espaço transicional (ou potencial)”.

A emergência do espaço transicional nesta fase nos é cara, posto que ele está intrinsecamente ligado aos processos criativos. Com ele temos o aparecimento da primeira possessão não-eu, assim como a possibilidade de simbolização. A importância do espaço transicional para esta pesquisa é tal que o abordaremos num item dedicado a ele. Por ora, é importante frisarmos sua emergência na fase de dependência relativa e sua relação com o *self* do bebê. É nesta fase em que o bebê é capaz de sentir o *self* e, portanto, sentir-se como um inteiro, que ele consegue perceber também as outras pessoas enquanto tais, inclusive a mãe.

A mãe passa a ser vista e aceita como um eu, separado do bebê. É neste momento que os afetos de amor e ódio passam a ser vividos com mais intensidade pelo bebê, que passa a direcioná-los às outras pessoas. Nessa fase, é importante que os pais não demandem lealdade, deixando a criança livre para amar um e odiar o outro e vice-versa.

Na fase anterior, era quando a mãe se ausentava por identificação ao bebê que este conseguia vivenciar afetos de retaliação e reparação em relação ao objeto. No entanto, as coisas ainda não se encontravam tão definidas como na fase de dependência relativa, o que não quer dizer que eram menos importantes para o desenvolvimento do indivíduo.

A vivência do ódio é tão importante quanto a do amor, uma vez que a aceitação da exterioridade ou da separação do objeto depende da aceitação, por parte da mãe, do ódio do bebê, já que o compartilhamento de realidades criadas só pode aparecer após a sobrevivência à destrutividade (idem, pág.102). Na fase de dependência relativa acontece a transposição de um relacionamento com o objeto para um uso do objeto.

Considerando que a emergência da fase da dependência relativa tem como prerrogativa o estágio da dependência absoluta, no qual existe uma exigência muito maior à figura da mãe no sentido de uma dedicação quase que absoluta, podemos refletir acerca de um dos paradoxos da teoria winnicottiana: o objeto precisa estar lá para ser encontrado, ou seja, o que é criado estava lá para ser encontrado.

Este paradoxo marca a emergência do objeto transicional, que lembra a mãe para o bebê, mas não é a mãe. Saindo de uma relação de onipotência para com o objeto, o objeto transicional inaugura a formação de um “entre”, um espaço no

qual se dá a separação entre o eu e o não-eu por estar presente, neste mesmo espaço, o eu e o não-eu. Dito de outra forma: ao mesmo tempo, eu e não-eu passam a ser unidos pelo objeto transicional que, ao unir, ressalta a separação. Dessa maneira, concluímos que a principal característica do objeto transicional é o fato de ele ser constituído por uma parte concreta e real e por uma parte subjetivamente concebida.

A realidade externa, então, passa a ter qualidade fundamental na constituição subjetiva, uma vez que, pelos processos de desilusão, ela passa a ser concebida em sua concretude real e, de alguma maneira, incorporada à subjetividade do indivíduo. Dessa forma, experimentar o mundo, real, passa a ser uma fonte rica de elementos que irão nos constituir subjetivamente justamente por ser aquilo que difere do que reconhecemos como pertencentes ao nosso eu. Nesse duplo movimento, o que está em pauta são os fenômenos transicionais e os processos criativos que evocam, constituindo, assim, o que Winnicott chama de “viver criativo”.

3.3

A agressividade e os processos de criação

A saúde pode ser encarada em termos de fusão (impulsos eróticos e destrutivos) e isso torna mais urgente do que nunca o exame da origem da agressividade e da fantasia destrutiva. Por muitos anos, na metapsicologia psicanalítica, a agressividade parecia ser explicada com base na raiva (Winnicott, 1975, pág.102)

Em algumas passagens do texto nos referimos à agressividade ou à vivência de afetos destrutivos como sendo essenciais para os processos de criação. A fim de esclarecermos esta questão, trataremos, agora, da relação da agressividade com a criação.

Inicialmente, devemos fazer uma diferenciação entre a agressividade que se encontra ligada aos processos criativos e o que o uso mais corriqueiro do termo nos evoca. A diferença entre esses dois tipos de agressividade aparecerá no decorrer do texto, mas devemos iniciar desde já: a agressividade articulada aos processos criativos está relacionada com o momento anterior à ocorrência do

processo de integração da personalidade. Já a agressividade como comumente a entendemos, articulada a comportamentos, é desencadeada a partir da frustração, ocorrendo, portanto, num momento bem posterior.

Num indivíduo cuja maternagem foi suficientemente boa, é possível observarmos um maior controle sobre seus instintos, prevalecendo os atos intencionais. Isso já não acontece num indivíduo doente, sendo a presença ou não de agressividade um forte indício de como foi esse desenvolvimento inicial. Como nos diz Winnicott em seu texto “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional”, “na doença o paciente apresenta atividade e agressividade não inteiramente intencionais” (Winnicott, 1950, pág. 289).

Nesse texto, ele nos fala dos estados dissociados, nos quais a agressividade é separada do eu, e dos estados de desintegração, nos quais os instintos estão desordenados e sem controle do indivíduo, que se encontra à mercê dos impulsos. Nesse estágio, o indivíduo já tem concernimento sobre as conseqüências de seus impulsos; por isso a desintegração é aterradora. Tanto nos estados dissociados quanto na desintegração, não há a intenção do comportamento do indivíduo.

A integração vem e vai, sempre em relação com o ambiente. Isso acontece mesmo nos casos positivos, sendo que a diferença reside no fato de que, quando os cuidados foram suficientemente bons, alguma hora surge o comportamento intencional porque há saúde. Ou seja, mesmo o ambiente tendo importância fundamental, alguma hora surge o comportamento intencional. Além disso, os estados de não-integração são a condição para que possam acontecer os processos criativos. A doença está justamente na impossibilidade de ocorrência do comportamento intencional.

A fonte da agressividade é a experiência instintiva. Sendo assim, ela está presente desde as fases iniciais do desenvolvimento, fazendo parte da expressão primitiva de amor – a oralidade. Nesta fase, anterior à integração, o bebê não sabe que o que ele destrói nos momentos de excitação é o mesmo que ele valoriza nos momentos tranquilos, entre as excitações. Podemos, então, falar de uma dissociação entre os estados por conta da não-integração, sendo que estes estados dissociados são totalmente diferentes dos descritos acima, que ocorrem após a integração.

Os estados excitados que incluem um ataque imaginário ao corpo da mãe fazem parte do amor que o bebê tem pela mãe; como descrito acima, a

agressividade, nestes estágios iniciais, relaciona-se com as experiências instintivas e fazem parte da expressão primitiva de amor. Ou seja, a agressividade faz parte do amor e está relacionada diretamente ao contato do bebê com o que lhe é externo. Como nos diz Winnicott, “se a agressividade é perdida neste estágio do desenvolvimento emocional, ocorre também a perda da capacidade de amar, ou seja, de relacionar-se com objetos” (idem, pág. 291). A agressividade pode ser perdida por uma reação contrária do ambiente.

Um ambiente que não “tolera” os instintos destrutivos do bebê, instintos estes que fazem parte do amor primitivo, não permite que haja um desenvolvimento emocional primitivo satisfatório. Se tudo corre bem, o bebê atinge a fase de dependência relativa na qual já podemos observar a integração do ego, na qual o bebê já percebe a personalidade da figura materna; conseqüentemente, ele já tem concernimento quanto aos resultados de suas experiências instintivas. Já existe, então, no bebê, a capacidade para sentir culpa e poder reparar o dano que a criança imagina haver causado à pessoa amada nos momentos de relacionamento excitado.

Se a vivência dessas experiências são negadas ao bebê, ele não poderá, também, viver a culpa articuladas a elas, que na saúde está relacionada ao anseio por dar, construir e reparar. Algo não foi bem e, na doença, a culpa é sofrimento, sentimento de culpa, ou mesmo o vômito, uma vez que a criança não consegue se utilizar do que internaliza da mãe em benefício de si própria – a culpa que sente por ter atacado a mãe a faz “devolver” o que tirou do ambiente, ou seja, neste caso a agressividade está separada do amor e a criança não cresce com o que internaliza.

Na saúde, boa parte da agressividade transforma-se em funções sociais, o que se relaciona com a possibilidade de reparação. A agressividade real aparece quando não se consegue reparar, dar ou construir (por exemplo, quando não há alguém que reconheça uma tentativa de reparação). Nesse caso, a raiva deriva da frustração.

A frustração camufla a origem da agressividade real, que é a culpa relacionada ao concernimento que não foi possível reparar, e “promove um mecanismo de defesa que consiste em separar o amor e o ódio e fazê-los agir em direções diferentes”. Há, conseqüentemente, uma cisão dos objetos entre bom e mau, o que atenua o sentimento de culpa. Mas, em compensação, o amor perde

uma parte de seu valioso componente agressivo, e o ódio torna-se mais explosivo (ibidem, pág. 292).

É possível encontrarmos um aspecto destrutivo no impulso do amor primitivo, embora ainda não haja, nesse momento, a intenção de destruir, posto que é uma fase anterior ao concernimento. Nesse caso, estamos falando das raízes da agressividade (destrutivas apenas por acaso). Inicialmente, Winnicott nos fala em motilidade, relacionada com as experiências do indivíduo. Por exemplo, a fome e a agitação de braços e pernas.

A motilidade desenvolve-se a partir de um ambiente que pode reagir favoravelmente ou não. No primeiro caso, a motilidade é uma experiência do indivíduo. Dessa forma, o indivíduo se constitui a partir de suas experiências, de seus impulsos primitivos caracterizados pela motilidade. Sendo assim, a agressividade está relacionada a uma forma criativa de existência. Existe, aqui, a fusão entre a motilidade e o potencial erótico.

No caso de um ambiente que se impõe ao indivíduo, ele reage à intrusão com uma fuga para a quietude, o que caracteriza o isolamento secundário. Aqui, a agressividade na forma de motilidade é parte da experiência de reação à intrusão, ou seja, não constitui processos de criação, uma vez que o indivíduo só se encontra, de fato, na quietude.

Há, ainda, os casos nos quais há uma intrusão máxima do ambiente, não havendo possibilidade nem de retirada para a quietude, a fim de manter a existência. Há uma falha na capacidade do estado de narcisismo primário se transformar em indivíduo. Este se constitui, então, como uma extensão do ambiente invasor, ficando o seu núcleo, o seu verdadeiro *self*, oculto. O falso *self* é, então, um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self* desse ambiente hostil. A consequência disso é a sensação de inutilidade.

Tanto no segundo quanto no terceiro caso, há a fusão entre o potencial erótico e a motilidade, que acontece por uma erotização de elementos agressivos (tendências sádicas e masoquistas). O indivíduo não consegue sentir-se real a não ser quando se comporta de modo destrutivo e impiedoso. Nesse caso, a agressividade não é muito mais que pura motilidade. Sintetizando, na saúde a motilidade funde-se ao erótico; na doença, ao contrário, é o erótico que se funde à motilidade.

Na saúde, a mãe suficientemente boa expressa seu amor, inicialmente, em termos físicos. Ela segura o bebê (no útero, nos braços) e, através do amor (identificação) sabe de que maneira adaptar-se às necessidades de seu ego. “Nestas condições, e somente nestas condições, o indivíduo pode começar a existir para viver experiências do id” (ibidem, pág.298). Assim, ocorre a fusão da motilidade com eros. Apesar de haver uma conexão com uma alta carga de motilidade, ainda resta alguma que permanece não fundida e que vai precisar de algo em que descarregar.

Na doença, a motilidade torna-se matéria da experiência somente através da intrusão ambiental. Dessa maneira, a intrusão ambiental não pode parar e deve ter um padrão que lhe seja próprio, uma vez que é somente através dela que alguma motilidade é possível. Caso contrário, o caos se instala e o indivíduo não tem como desenvolver um padrão que seja só seu. Isso configura uma dependência, já que o indivíduo depende da intrusão do ambiente para crescer. Como defesa, o retraimento emocional é sua característica essencial.

Dessa maneira, é a relação entre a realidade interna do indivíduo e a realidade externa do mundo compartilhado que se encontra prejudicada. Poderíamos mesmo falar que, neste caso, o indivíduo não existe, pois estão ausentes os processos criativos.

Ao tratar da motilidade nos termos mencionados acima, Winnicott se refere a períodos que fazem parte do início da existência do indivíduo, antes mesmo da primeira mamada, período este no qual, apesar de haver uma formação egóica imatura, o somatório das experiências motoras contribui para a capacidade do indivíduo de começar a existir. A agressividade não pode ser analisada sem levarmos em conta o período no qual existe, por parte do bebê, uma total dependência do ambiente.

Nesse sentido, a constituição de um ambiente suficientemente bom é essencial, por ser ele que torna possível esse desenvolvimento que vai permitir, inicialmente através da identificação primária, que o indivíduo rejeite a casca e torne-se o núcleo (ibidem, pág. 300), ou seja, que possa emergir o verdadeiro *self*.

O processo de fusão é essencial e difícil de acontecer; mesmo no indivíduo saudável, não é raro encontrarmos uma grande quantidade de agressividade não fundida. Dessa forma, temos expressões distintas dos componentes agressivo e erótico.

Winnicott nos fala também em “des-fusão”, processo através do qual é possível observar, durante uma análise, uma busca ou pela raiz agressiva, ou pela raiz erótica. É comum encontrarmos, como dissemos, uma grande quantidade de agressividade não fundida.

A grande importância do processo de fusão do componente erótico ao agressivo se encontra na determinação da capacidade do indivíduo em direcionar-se a objetos do mundo externo. Como nos diz Winnicott,

nos estágios iniciais, quando o *Eu* e o *não-eu* estão se constituindo, o componente agressivo é o que irá, geralmente, conduzir o indivíduo rumo a um objeto ou a um *não-eu* que ele sentirá como externos. As experiências eróticas podem completar-se enquanto o objeto é subjetivamente concebido ou criado pela própria pessoa, ou enquanto o indivíduo encontra-se próximo do estado narcísico de identificação primária de uma etapa anterior (ibidem, pág. 301),

ou seja, o componente agressivo é essencial ao processo de criação na medida em que ele é o que faz a ponte entre o subjetivo e o objetivo, ou, dito de outra forma, entre o que é interior e o que é exterior.

O componente agressivo é extremamente variado entre os bebês. A quantidade de potencial agressivo do bebê depende da quantidade de oposição que ele terá encontrado, sendo que “o excesso de oposição cria complicações que tornam impossível ao indivíduo, dotado de um potencial de agressividade, realizar sua fusão com o potencial erótico” (ibidem, pág.303).

Winnicott analisa este processo desde o período intra-uterino: no feto, há um tipo de conjugação entre agressividade e erotismo encontrada nos impulsos do feto, o que chamou de força vital. Ao se mexer no interior do útero, o bebê encontra a oposição do ambiente, emergindo a partir daí um processo de instauração precoce do Eu, na medida em que é encontrado o não-eu constituído pelo ambiente.

É a partir deste encontro que o potencial de agressividade se constitui. Da mesma maneira, encontramos esse processo em momentos posteriores. Se o ambiente é intrusivo e se impõe, a força vital é consumida em reações à intrusão, e não há a constituição precoce do Eu. As experiências não acontecem; em seu lugar, o que há são reações. “O indivíduo que assim passa a existir será chamado de falso, pois a impulsividade pessoal estará ausente” (ibidem, pág.303). Posteriormente, não haverá fusão dos componentes agressivo e erótico, pois o Eu

não estará instaurado no momento da experiência erótica. A consequência disso é uma vivência, por sedução, da vida erótica, que jamais é sentida como real, e uma vida de agressividade reativa, dependente da experiência de oposição, sem espontaneidade.

As experiências agressivas des-fundidas são sentidas como mais reais pelo paciente do que as experiências eróticas des-fundidas, apesar de ambas serem reais. “A fusão da agressividade com o componente erótico da experiência incrementa a sensação de realidade da experiência” (ibidem, pág.301). O estado mais comum é a falta de fusão em algum grau.

Esta teoria, ao colocar a agressividade como essencial às condições de existência de um indivíduo, traz um grande diferencial em relação à teoria freudiana principalmente no que diz respeito à relação com o objeto. Neste sentido, já possuímos material suficiente para percebermos que se trata, na teoria winnicottiana, de um relacionar-se com o objeto no qual estão presentes, obviamente, algo que corresponde ao mundo pessoal do bebê, ou seja, sua constituição subjetiva; o objeto em si que, como tal, pertence à realidade externa; e há, também, alguma coisa que se passa *entre* eles e que é essencial aos processos de criação. Segundo as palavras do próprio Winnicott,

o gesto impulsivo volta-se para fora e torna-se agressivo quando encontra oposição. Há realidade nessa experiência, e ela funde-se facilmente às experiências eróticas que aguardam o recém-nascido. Estou sugerindo que *é esta impulsividade e a agressividade que dela deriva que levam o bebê a necessitar de um objeto externo*, e não apenas de um objeto que satisfaça (ibidem, pág.304; grifos do autor).

É importante, agora, entendermos as condições dessa necessidade de algo que esteja fora para a constituição subjetiva. Num primeiro momento, quando um gesto impulsivo leva o bebê a espernear por sentir fome e a mãe lhe oferece o seio, temos aí uma fusão entre potencial agressivo e erótico que vai servir de base para a construção de um terreno no qual, mais tarde, esse mesmo bebê possa vir a viver experiências relacionadas à sua constituição enquanto um indivíduo.

É todo esse complexo de vivências que vai permitir com que o bebê comece a existir, com que ele seja autor de sua própria vida, se constituindo a partir do que acontece nesse espaço entre sua realidade interna e a realidade externa compartilhada. Winnicott chama esse espaço do entre de “espaço transicional.

O simbólico sempre vem num momento posterior ao ato de criação: “quando o simbolismo é empregado, o bebê já está claramente distinguindo entre fantasia e fato, entre objetos internos e objetos externos, entre criatividade primária e percepção” (Winnicott, 1975, pág.19). Ele continua: “creio que há uso para um termo que descreva a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade, e parece-me que o objeto transicional (ponta do cobertor, etc.) é o que percebemos dessa jornada de progresso no sentido da experimentação”. Objeto e fenômeno transicionais não são sinônimos de simbolismo; de acordo com o autor, é possível compreender um embora sem compreender plenamente a natureza do outro.

3.4

Objetos e fenômenos transicionais: a constituição subjetiva a partir de processos criativos

A noção de espaço potencial elucidada, retroativamente, a totalidade do percurso de Winnicott. Ela vem coroar suas sucessivas abordagens da área intermediária de experiência entre realidade interna e realidade externa. O essencial da experiência nessa área reside não na capacidade de saber mas na de se iludir. (Rogério Luz, pág.2)

É somente após nos atermos à compreensão do que é chamado por Winnicott de “ilusão” e “desilusão”, além do seu conceito de “mãe suficientemente boa” que já possuímos os elementos necessários para colocarmos a questão dos objetos e fenômenos transicionais. Curiosamente, em nosso percurso, é pelo meio, “entre”, que se torna necessário a abordagem desses fenômenos que já não pertencem mais à realidade externa, tampouco à interna, pertencendo, ao mesmo tempo, a estes dois lugares.

Como nos diz Bezerra, o objeto transicional, por não ser nem interno nem externo, habita um estranho espaço, um “entre”. Este objeto, por possuir uma realidade corpórea, material, própria, “ele resiste ao controle mágico onipotente (ao contrário do objeto interno) e ao mesmo tempo não está inteiramente fora do

controle (como ocorre com a mãe real)”. Para este autor, a experiência de ilusão é a fonte do objeto transicional. Dessa maneira, é somente por um cuidado que tenha sido suficientemente bom que poderá haver a construção deste espaço no qual tomam parte os objetos transicionais, pelo ato paradoxal da mãe que oferece o seio no momento em que o bebê está pronto para criá-lo (Bezerra, 2007, pág.43).

Apenas através da consolidação desse momento de ilusão que a mãe poderá, então, proceder à desilusão, ao se voltar para outros interesses retardando, assim, o atendimento ao chamado do bebê. Dessa maneira, a mãe desconstrói a acoplagem perfeita entre ela e o recém-nascido, retirando a base da experiência de ilusão onipotente. “Os fenômenos transicionais aparecem exatamente neste momento, oferecendo ao bebê uma alternativa à perda de sua onipotência inicial que não seja uma adaptação excessiva à realidade” (idem). Após esta perfeita introdução de Benilton Bezerra ao tema, voltemos ao Winnicott.

Utilizaremos como principal referência o texto denominado “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, cuja primeira publicação consta no livro “Da pediatria à psicanálise” (2000) e foi escrita em 1951. A segunda está no livro “O brincar e a realidade” (1975), versão publicada num jornal especializado dois anos depois. Existem algumas diferenças entre elas, que serão abordadas em seguida.

Na primeira versão, Winnicott acrescenta um subtítulo: “um estudo da primeira posse não-eu”. Numa nota de rodapé ele explica: “posse”, e não “objeto”; a utilização deste último termo pode levar a erros graves em relação à compreensão do texto, sendo este o motivo pelo qual achamos importante refletirmos sobre essa distinção. Entendemos que essa diferença se relaciona diretamente à originalidade de seu pensamento em relação aos objetos e fenômenos transicionais.

Isso acontece porque, ao tratar da transicionalidade, Winnicott está se referindo a processos que ocorrem a partir de uma relação, sendo importante o que se dá neste “entre”, e que não se localiza em nenhuma das extremidades constituídas pelos termos em relação, estando, por este motivo, paradoxalmente, num lugar não-localizável – o que é denominado por ele de “espaço potencial”. A partir deste lugar, ou melhor, deste ‘não-lugar’, o que importa não são os termos

da relação, que se localizam em suas extremidades, numa das quais podemos localizar o que seria o objeto (ou o sujeito).

Winnicott foi sensível a esses processos a partir da clínica de seus pacientes psicóticos e *borderlines*³³, assim como também de sua observação da relação entre as mães e seus bebês. Neste caso, mãe e bebê são constituídos, ao mesmo tempo, pela relação que entre eles se estabelece, uma vez que eles não pré-existem a essa relação.

Encontram-se fora desse âmbito tanto as relações objetais quanto as interpessoais. Não que elas não existam, mas elas só aparecem num momento posterior, uma vez que, nelas, são valorizados os objetos e as pessoas em relação, e não a relação em si. Sendo assim, ao valorizarmos a relação, é o que acontece ‘entre’ os termos que vai, incondicionalmente, modificá-los.

Não é raro o hábito de bebês de colocar os punhos, dedos ou polegares na boca: neste simples e corriqueiro ato, podemos encontrar algo mais que a excitação oral ali presente – eles são a prerrogativa de uma experiência que se desenvolve no sentido de encontrar no mundo externo um objeto, embora este ainda não seja percebido como tal.

Este gesto, aliado ao cuidado de uma mãe atenta, possibilita o que vimos anteriormente como o fenômeno da ilusão, o qual permite ao bebê a ilusão de haver criado o que encontrou. “Um objeto que é apresentado não para ser meramente reconhecido, mas para ser criado” (Rosário, 2007, pág.25). Esse objeto, então, é uma mistura, pois ele é um objeto real ao mesmo tempo em que é subjetivamente concebido pelo bebê. Por não ser, ainda, uma pessoa integrada, o bebê não se relaciona como uma unidade com os objetos, da mesma maneira em que não os concebe enquanto tais.

Esta é uma concepção acerca da subjetividade bem diferente da predominante na Psicanálise, esta a que considera como mais importante as relações entre objetos e pessoas totais. Até mesmo porque, como sempre pontuamos, ao examinar as relações que acontecem ainda num momento precoce da vida, no qual o bebê ainda não é uma pessoa integrada, Winnicott elabora acerca de processos que se encontrarão presentes durante toda a existência de um

³³ Esses pacientes são aqueles em que o cerne de seu distúrbio é psicótico, mas ele está de posse de uma organização psiconeurótica suficiente para apresentar uma psiconeurose, ou um distúrbio psicossomático (Cf. Winnicott, 1975, pág.122).

indivíduo. Estes processos se relacionam diretamente a um viver criativo, ou seja, a fim de que possa viver numa relação criativa com o mundo é preciso que um indivíduo possa experimentar momentos de não-integração, ainda que eles aconteçam num momento tardio de sua vida. Assim Winnicott nos diz:

de todo indivíduo que chegou ao estágio de ser uma unidade, com uma membrana limitadora e um exterior e um interior, pode-se dizer que existe uma realidade *interna* para esse indivíduo, um mundo interno que pode ser rico ou pobre, estar em paz ou em guerra. Isso ajuda; mas é suficiente? (Winnicott, 1975, pág.15, grifos do autor)

Nesta versão mais recente, da qual foi extraído o trecho acima, Winnicott demonstra, com essa pergunta final, uma postura de total confiança em suas formulações acerca dos fenômenos transicionais. Esta pergunta, um tanto impaciente, não consta da primeira versão, dois anos mais nova que a última.

Winnicott estava cada vez mais certo de que, a despeito da importância da realidade interna, a realidade externa e, mais ainda, a quantas ia a relação entre elas era o que merecia mais a nossa atenção. Ele estava abertamente se opondo a uma psicanálise que considera a realidade interna o fator preponderante, assim como a idéia do indivíduo como uma unidade. Em suas próprias palavras:

minha reivindicação é a de que, se existe necessidade desse enunciado duplo, há também a de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1975, pág.15)

Desta maneira, encontram-se relacionados aos fenômenos transicionais uma gama infinita de exemplos, tais como os polegares ou uma ponta de cobertor que são levados à boca, ou então sons de ‘mmmm, mmmm’, assim como as primeiras notas musicais, ou, até mesmo, um olhar. Ou seja, tudo aquilo que produz uma situação em que é possível relaxar quanto à questão que põe em xeque se ‘isto’ está ligado à realidade interna ou à realidade externa.

Por ser um objeto que não pertence à realidade externa, mas possui as características de ser real, de ter um corpo físico, o objeto transicional impõe limites à experiência do bebê por sua “alteridade sólida do mundo externo” (Bezerra, 2007, pág.43). Ao mesmo tempo, é possível ao bebê que ele reative a experiência ilusória de onipotência. Ou seja, se por um lado ele se deixa alterar em parte pela ação imaginativa ou física da criança, por outro ele resiste a esta alteração.

Assim ele se abre numa dupla função: permite à criança experimentar sua potência criativa, ao dar expressão externa a suas fantasias e desejos, e simultaneamente lhe dá a oportunidade de reconhecer a autonomia e independência da realidade externa (Bezerra, 2007, pág.43)

Este momento produz uma suspensão das formas já estabelecidas e, assim, um dedo não é somente um dedo, mas algo através do qual um bebê pode ter uma experiência de algo novo, funcionando como um objeto parcial do seio, por exemplo. O que não quer dizer que “um dedo” signifique “o seio”: através da experiência, é algo inteiramente novo que se apresenta e não há o que poderíamos classificar como a representação de algo. Nesse sentido, o que importa é o processo de experimentação.

O que se evidencia a partir deste momento é a presença da ação: é necessário um ato, uma ação cujo reflexo se faz na realidade externa. Como diz Winnicott, há que se “fazer” coisas. A dimensão do tempo também deve ser incluída, pois fazer coisas toma tempo.

O prolongamento dessa ação é o reconhecimento de um campo diferente daquilo que podemos atribuir às experiências do eu; nesse sentido, como aquilo que se diferencia da realidade interna, falamos da realidade externa. Com o objeto transicional, portanto, o que se apresenta ao bebê é um horizonte existencial novo, no qual a realidade “passa a ser um campo de *ação* onde o eu se projeta como agente” (Bezerra, 2007, pág.43, grifos do autor), saindo do controle mágico para o controle pela manipulação.

E isso fica ainda muito mais interessante se aplicarmos aqui a concepção de desenvolvimento para Winnicott. O que queremos dizer é que os fenômenos transicionais acontecem durante toda a existência do indivíduo, não pertencendo

somente aos momentos iniciais de sua relação com o mundo. Dessa maneira, os fenômenos, assim como os objetos transicionais, sofrem um alargamento, alastrando-se por órbitas cada vez mais distantes. De acordo com Bezerra,

os objetos e fenômenos transicionais atraem o centro de gravidade da experiência psíquica para fora dos limites do universo subjetivo indiferenciado inicial e o põe em contato com os objetos do mundo externo e com os outros *eus*, inaugurando seu caminho rumo à independência e à constituição plena de sua subjetividade. Desse modo instala-se um processo contínuo de enriquecimento mútuo do mundo interno e da realidade externa: o *self* se realiza na ação criativa que seus impulsos agressivos engendram ampliando progressivamente o campo de suas experiências; e o mundo externo acolhe as transformações e criações que este *self* é capaz de produzir. (Bezerra, 2007, pág.44, grifos do autor)

Para compreendermos o que Winnicott trata por objeto transicional é necessário retornarmos ao objeto da primeira relação; esta acontece num momento ainda muito primevo da vida de um indivíduo, onde este ainda não se encontra no estado integrado. Trata-se, aqui, de um objeto real, mas que é experimentado pelo bebê como um objeto parcial, não somente porque o bebê ainda está num estado de não-integração, ou seja, ainda não é uma unidade, mas porque é inerente a esta relação que ela se faça ‘entre’, e não a partir de sujeitos e objetos – que entram no rol dos objetos totais.

O objeto transicional, então, precede o teste de realidade, ou, também podemos dizer, ele não é percebido como algo totalmente pertencente à realidade externa. Nem tampouco pertence totalmente à realidade interna. A realidade deste objeto, ou posse, se apresenta na medida em que o bebê não mais o controla de maneira onipotente, mas somente através da manipulação, o que implica uma ação, um ‘fazer’, e que permite que algo da ordem de uma certa resistência desse ‘objeto’ se faça presente devido ao fato dele possuir uma existência física real e que se impõe às solicitações imediatas do bebê, ao mesmo tempo em que um certo controle é possível e o bebê possa atribuir a esse objeto algo seu.

Devido a essas características, este objeto não é totalmente um objeto externo, nem totalmente um objeto interno. Apesar disso, ele depende do objeto interno para ser efetuado, ou seja, ele depende de que tenha havido um cuidado suficientemente bom para que o bebê tenha recursos internos que o tornem capaz de travar relações criativas com a realidade, isto é, o objeto interno está

diretamente articulado com as experimentações do bebê. Por sua vez, a existência desse objeto interno bom depende inteiramente do objeto externo, de seus cuidados, de sua constância e confiabilidade.

O que acontece na área do espaço transicional é, paradoxalmente, da ordem de uma loucura necessária à saúde; é como o coelho cor de púrpura, de olhos vermelhos, que, por ser muito travesso, vivia caindo da cama, e que costuma visitar com certa frequência seu antigo dono, como consta no exemplo dado por Winnicott em seu livro “O brincar e a realidade” (1975). Segundo ele, esse menino de onze anos de idade, “com sentido de realidade normal para sua idade, falou como se lhe faltasse esse sentido ao descrever as qualidades e as atividades do objeto transicional” (pág.23).

Para Bezerra, o espaço transicional (ou potencial) se constitui como um campo de experimentação, espaço de manobra donde algo pode advir – algo em transição, dotado de potência de um porvir. Nele, não há a prevalência nem da realidade interna nem da realidade externa. Trata-se de um lugar virtual no qual o que prevalece é uma atividade especial: o brincar criativo, que se expande das brincadeiras infantis à vida cultural. Este é também um lugar de descanso para o indivíduo que deve, sempre, manter separadas realidade interna e externa, ainda que interligadas (Bezerra, 2007, pág.44).

Potencial, transicional, virtual, não-localizável, não-lugar: estes são os adjetivos atribuíveis a este espaço que, paradoxalmente, não ocupa, realmente, um lugar. Esta é uma área hipotética, que emerge a partir de um cuidado suficientemente bom. Para que consista, no entanto, é preciso que algumas condições tenham se estabelecido, tais como a vivência de experiências ilusórias de onipotência suficientes para sustentar o gesto criativo, além de um cuidado que não tenha impelido a criança a adaptar-se de forma submissa à realidade – o que pode ocorrer no caso de um ambiente inicial que tenha se mostrado intrusivo, retaliador ou indiferente aos primeiros gestos espontâneos do bebê (idem).

Devido a essas características, *o que acontece é que a consistência desta área e a capacidade para usufruí-la sofre grande variação entre os indivíduos, já que ela é fruto das experiências individuais do bebê, ou da criança, ou do adolescente, ou do adulto, no meio ambiente* (ibidem, grifos nossos).

Ou seja, as suas condições de possibilidade variam durante toda a existência do indivíduo. Sua característica principal é apontada por Bezerra como o seu

aspecto paradoxal, totalmente fugidio às polarizações, que aponta, ao mesmo tempo, para uma separação e continuidade existente entre o indivíduo e o mundo.

Os fenômenos transicionais são os primeiros estágios do uso da ilusão. Num momento posterior, eles estão na passagem da relação de objeto para o uso do objeto. Em ambos, o que está em pauta é a relação com a realidade externa, que é apreendida diferentemente de acordo com o estágio de desenvolvimento.

Assim, quando estão relacionados à ilusão, os fenômenos transicionais articulam-se à experiência de onipotência, na qual o que prevalece é a experimentação de um mundo criado a despeito de sua existência real. Apesar disso, essas características reais do objeto são importantes enquanto tais, justamente por enriquecer essa experiência, a princípio, subjetiva.

São estas características reais do objeto que fazem com que ele resista ao controle mágico onipotente, diferentemente do objeto interno. Ao mesmo tempo, ele não está totalmente fora de controle, como a mãe real. O objeto transicional tem como fonte a experiência de ilusão que a mãe suficientemente boa propicia ao oferecer o seio no momento em que o bebê está pronto para criá-lo (Bezerra, 2007, pág.43).

Já na passagem da relação de objeto para o uso do objeto, o que deve ser levado em conta é o objeto em si, ou, em termos winnicottianos, o ambiente, em sua propriedade de estar sempre ali. Muitas vezes, a partir da relação das mães com seus bebês, essa passagem não se realiza, pois não houve um cuidado que a garantisse. Em seu lugar, o bebê, em vez de se alimentar de algo que ainda não sente como separado de si mesmo, alimentando-se portanto de seu *self*, ele se nutre de algo que dele difere, ou seja, o ambiente se impõe ao bebê enquanto tal, ainda precocemente.

Dessa maneira, o bebê se encontra incapacitado para usar o objeto, pois isso é algo que acontece num momento posterior à relação de objeto: “o desenvolvimento da capacidade de usar um objeto constitui outro exemplo do processo de amadurecimento, como algo que depende de um ambiente propício” (Winnicott, 1975, pág.125). Este ambiente propício é capaz de suportar todos os impulsos de destruição a ele dirigidos, sobrevivendo a eles. Dessa maneira, de forma paradoxal, é possível que, apesar de destruído pela experiência subjetiva do bebê, ele continue ali, recebendo comunicação. A destruição acontece para fins de sobrevivência.

É importante notar que não se trata apenas da destruição do objeto pelo sujeito, pelo fato de estar o objeto fora da área do controle onipotente do sujeito. É igualmente importante o enunciado ao inverso, ou seja, que é a destruição do objeto que o coloca fora da área do controle onipotente do sujeito. Dessa forma, o objeto desenvolve sua própria autonomia e (se sobrevive) contribui para o sujeito, de acordo com suas próprias propriedades (Winnicott, 1975, pág.126)

É importante ressaltar a importância desse processo para os fenômenos transicionais, pois, apesar de apresentarmos essas etapas separadamente, elas acontecem ao mesmo tempo, como se fossem partes de engrenagens de uma mesma máquina.

Dessa maneira, *a realidade externa adquire importância fundamental tanto para a constituição subjetiva quanto para os processos criativos da subjetividade*. Como nos diz Winnicott, “em outras palavras, devido à sobrevivência do objeto, o sujeito pode agora começar a viver uma vida no mundo dos objetos e, assim, vem a lucrar imensuravelmente” (idem).

Colocado fora da área de controle onipotente através da destruição, é ao mesmo tempo em que o objeto é destruído por ser real, se impondo, dessa forma, ao indivíduo, que ele se torna real porque é destruído e, se tudo vai bem, sobrevive aos ataques impiedosos.

De uma certa maneira, podemos afirmar que a intencionalidade dos impulsos destrutivos não é a eliminação do objeto, mas a sua sobrevivência. Assim, a externalidade dos objetos é possibilitada pela agressividade, ambas essenciais aos processos criativos. A destruição, então, necessita da sobrevivência do objeto – mais uma idéia paradoxal.

A partir desse momento, no qual o objeto sobrevive, ele poderá sempre ser destruído, o que torna sua realidade sentida em toda a sua externalidade. O objeto pode, dessa forma, ser usado enquanto tal; e, em seu uso, ele está diretamente vinculado aos fenômenos transicionais, através dos quais ele passa a constituir subjetivamente, e criativamente, o indivíduo.

A próxima peça na engrenagem da máquina dos processos criativos constitutivos da subjetividade é o “brincar”. Este acontece a partir dos fenômenos transicionais, traduzindo-se num movimento autopoiético no qual “brincar é

fazer” (Winnicott, 1975, pág. 63). Apesar de atribuirmos o ato de brincar prioritariamente às crianças, ele está diretamente articulado ao viver criativo, relacionando-se, dessa forma, também aos adultos. Rogério Luz, em uma única frase, compõe de maneira clara a relação entre espaço potencial, brincar e realidade: “o espaço potencial é um terreno de jogo, de fronteiras indeterminadas, que *faz* nossa realidade”, ele diz.

A partir de sua teoria sobre os fenômenos transicionais, Winnicott pôde aperfeiçoar sua concepção acerca do brincar. Para ele,

o brincar tem um lugar e um tempo. Não é dentro, em nenhum emprego da palavra (e infelizmente, é verdade que a palavra “dentro” possui muitos e variados usos no estudo psicanalítico). Tampouco é fora, o que equivale a dizer que não constitui parte do mundo repudiado, do não-eu, aquilo que o indivíduo decidiu identificar (com dificuldade e até mesmo sofrimento) como verdadeiramente externo, fora do controle mágico. Para controlar o que está fora, há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar, e fazer coisas toma tempo. Brincar é fazer. (Winnicott, 1975, pág.62/63; grifos do autor)

Tal como os fenômenos transicionais, o brincar tem como lugar privilegiado o “entre”, pois ele acontece a partir da relação. Este lugar não localizável, que chamamos acima de não-lugar, é o que Winnicott trata por “espaço potencial ou transicional”. De acordo com Bezerra, apesar de usar termos espacializantes, como área e espaço, eles vêm sempre acompanhado de um adjetivo que remete a uma outra direção, indicando ação, movimento, criação (Bezerra, 2007, pág.45). *A inauguração deste espaço se faz no encontro entre mãe e bebê e se estende aos relacionamentos grupais, abarcando, portanto, toda a existência do indivíduo.*

O brincar é o que se faz na passagem da relação de objeto para o uso do objeto. Ou seja, na experiência do jogo, a criança usa materialmente o objeto, no emprego que faz dele no espaço e no tempo. No que acima descrevemos como relação, encontramos os fenômenos transicionais. Por sua vez, o brincar está diretamente relacionado ao uso do objeto, pois, para que aconteça, faz-se necessário o objeto em si, e não um objeto onipotentemente controlado. Por isso, não basta simplesmente pensar ou desejar – há que se fazer coisas.

O brincar, então, depende da relação inicial entre a mãe e seu bebê, que possibilita a experiência paradoxal de criar o que estava lá para ser encontrado;

esta mãe, em seus cuidados suficientemente bons, sobrevive enquanto objeto (ainda que subjetivamente concebido) aos impulsos destrutivos de seu bebê; dessa maneira, ela permite a ele experimentar a confiança num ambiente que, então, lhe serve de continente em seus momentos não-integrados. A partir dessa relação, o bebê vive de maneira onipotente a sua relação com o mundo, experimentando um momento de ilusão.

Tão importante quanto a ilusão, a desilusão fornece os dados relacionados com a realidade externa, necessários ao momento. Se tudo vai bem, cria-se uma área intermediária de experiência, pois o bebê, até certo ponto, experimenta a onipotência ao mesmo tempo em que, na medida de sua capacidade, percebe o objeto como real. A esse espaço potencial que une mãe e bebê, Winnicott chama de *playground*.

“O estágio seguinte é ficar sozinho na presença de alguém”, nos diz Winnicott (Winnicott, 1975, pág.71). Este paradoxo diz respeito à possibilidade de se enriquecer a partir da brincadeira, num uso do objeto em proveito próprio no qual o cerne da subjetividade se constitui: o verdadeiro *self*. Esse isolamento, primário, só é possível porque a criança, sem ter com que se preocupar, pois não há um ambiente que a ela se impõe, obrigando-a a ter uma preocupação precocemente, pode, então, relaxar e usufruir da área de repouso, o seu *playground*. Isso é possível, repetimos, porque houve alguém que lhe permitiu ter confiança e segurança, permanecendo disponível para ser lembrado após ter sido esquecido. O brincar, então, em qualquer tempo, requer um ambiente que o sustente.

Inicialmente, este ambiente está localizado na figura da mãe ou de alguém responsável pelos cuidados para com o bebê; na medida em que o tempo passa, o ambiente também se transforma, localizando-se na experiência cultural. Assim nos diz Winnicott:

chamo a atenção para o fato de que não se pode fazer uma descrição do desenvolvimento emocional do indivíduo inteiramente em termos do indivíduo, mas considerando que em certa áreas – e essa é uma delas, talvez a principal – *o comportamento do ambiente faz parte do próprio desenvolvimento pessoal do indivíduo* e, portanto, tem de ser incluído. (Winnicott, 1975, pág.79; grifos nossos)

Dessa maneira, o *ambiente influi diretamente nos processos criativos*. Essa afirmação tem outras implicações importantes, se recapitulamos o que viemos estudando até agora. Por exemplo, alcançando esferas cada vez mais amplas, e levando-se em conta a idéia de desenvolvimento para Winnicott, *somos incessantemente constituídos por um ambiente que extrapola os limites do âmbito familiar*, localizando-se, portanto, na experiência cultural.

Constituídos dessa maneira, não há como pensarmos em algo que corresponderia a nossa essência, imutável, ao qual devêssemos buscar a fim de que possamos, de fato, saber como viver. A vida se faz no encontro, pelo brincar – experiência que pressupõe um fazer. Portanto, devemos estar atentos aos movimentos próprios de nossa experiência de estar vivo, movimentos estes que, por estarem fora do campo representacional, causam estranhamento.

É o que acontece, por exemplo, na experiência do brincar, e que a criança, por estar mais liberta das amarras identificatórias, consegue usufruir e que nós, adultos, geralmente repudiamos pela vertigem que nos causa. Nesta experiência, é preciso suportar coisas que se assemelham a uma experiência de loucura, como sequências de pensamento aparentemente desconexas ou o afrouxamento dos elos causais que marcam a definição identitária de um Eu. Para que isso ocorra, é necessário uma pausa – um momento de repouso sustentado pelo sucesso das provisões ambientais.

Nessa experiência, devemos ressaltar também a sua dimensão temporal, pois brincar é fazer e, fazer, toma tempo. Não falamos aqui de um tempo cronológico, mas de uma outra dimensão temporal que se encontra relacionada à experiência mesma de constituição subjetiva. Habitar este espaço, este “entre”, envolve uma suspensão de identificações já instauradas, a fim de que outras configurações possam acontecer, o que pressupõe um intervalo temporal no seio dos processos criativos constitutivos da subjetividade.

Por tudo que vimos até este momento, já temos recursos suficientes para entender o que Winnicott quer dizer quando nos fala que a criatividade é um colorido de toda atitude com relação à realidade externa.

É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão

traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à idéia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina. (Winnicott, 1975, pág.95)

Ou seja: a criatividade é inerente ao viver – viver criativo. Este encontra-se ausente num indivíduo doente ou que, devido a fatores ambientais, teve seus processos criativos sufocados. *Dessa maneira, podemos trazer para um debate atual, seja qual época for, uma discussão acerca dos processos criativos, pois é possível afirmarmos a “destruição da criatividade em indivíduos pela ação de fatores ambientais, numa data tardia no crescimento pessoal”* (Winnicott, 1975, pág.99; grifos nossos).

Winnicott nos diz, em “O brincar e a realidade”, que não é possível compartilharmos da ilusão de outra pessoa; no entanto, podemos compartilhar uma *experiência ilusória*, e isso é o que acontece quando somos fortemente tocados por uma música, ou ao vermos uma pintura, ou quando assistimos a um filme, ou mesmo quando pertencemos a alguma religião.

Estas podem ser experiências dotadas de uma certa intensidade, não pertencentes ao rol das experiências de nosso dia-a-dia comum: ao vivê-las, experimentamos algo de novo que passa, então, a nos constituir subjetivamente. É através da possibilidade de compartilhamento dessas experiências, essencialmente criativas, que podemos reunir e formar um grupo com base em sua similaridade, sendo esta, segundo suas palavras, a raiz natural do agrupamento entre os seres humanos. O que pensar de uma sociedade na qual a maioria dos indivíduos se encontram destituídos destes processos criativos constitutivos do viver humano?

No entanto, Winnicott é otimista; ele aposta na vida, apesar de considerar que viver não é nada fácil. Para ele, mesmo nos casos mais extremos não há uma destruição total pelo ambiente da capacidade de um indivíduo para o viver criativo. Mesmo quando se estabelece um falso *self*, há um núcleo que se mantém oculto e que sofre, portanto, as consequências de um empobrecimento por falta de relações com a realidade externa.

3.5

E mais ainda...a filosofia e os fenômenos constitutivos da subjetividade

Ao abordarmos o conceito winnicottiano de espaço transicional, assim como os fenômenos e objetos transicionais, e o brincar, vimos, através da descrição desses processos, como vamos, ao longo de nossa existência, nos constituindo subjetivamente. Essa análise implica, inexoravelmente, uma ampliação de nossos campos de afetação, que vão de um cuidado suficientemente bom à experiência cultural, como nos diz o próprio Winnicott.

Compreender o que nos acontece a partir dessas formulações é de suma importância, pois trata-se de uma análise que nos permite apreender um jogo de forças que compõe um contexto cultural. Acreditamos que, dada a sua importância, é necessário buscarmos um aprofundamento da compreensão desses processos, e para esse fim temos a filosofia como uma aliada importante.

Diante disso, iniciaremos nosso mergulho na filosofia a fim de melhor compreender os processos de constituição subjetiva desde os primórdios da relação do bebê com sua mãe. Para tal, retiramos de nossa caixa de ferramentas a filosofia de Gilles Deleuze e o que ele formula acerca de nossa constituição subjetiva a partir dos “hábitos”.

Em sua leitura de Hume, filósofo empirista do século XVIII, Deleuze nos fala da emergência da subjetividade a partir de um ponto de alteridade no qual o outro, que não precisa necessariamente ser personificado, nos constitui na medida em que com ele nos relacionamos. O interessante nisso é que Deleuze está abordando a relação fora do registro da representação. Ele vai então nos falar acerca das sínteses passivas. Estas, por sua vez, necessitam da repetição para que possam emergir. Ou seja, algo que se repete e que, ao fazê-lo, instaura alguma coisa nova naquele que o contempla: encontramos aqui a emergência da subjetividade, como veremos a seguir.

Dessa forma, quando nasce o bebê, podemos afirmar: já existe, ali, uma subjetividade. É certo que não podemos falar que ali já existe um sujeito. Mesmo enquanto se encontra no útero materno, o bebê tem, com sua mãe, uma relação, que se atualiza principalmente pelo ambiente no qual está inserido. É

ainda no ventre que ele, dentre outras coisas, se familiariza com a voz de sua mãe, por exemplo. Não estamos, aqui, nos referindo a algo que seria da ordem da representação. Mas algo há que se apresenta e que se faz presente em sua constituição. Esse algo, então, é da ordem de um afeto, algo que se imprime no ser do bebê e que constitui sua subjetividade⁴.

A partir de condições orgânicas favoráveis, o bebê repetidamente entra em contato com este som proveniente da fala de sua mãe. Ele, então, não procede a um processo de assimilação e reflexão que o leva à conclusão de que este som, então, é a voz de sua mãe. O que acontece é algo da ordem de uma “contemplação”, isto é, o fato de estar em relação e de estar continuamente exposto a esta situação, faz com que, num determinado momento (que não é possível precisar qual seria), algo da ordem de uma diferença se instaura no ser do bebê: uma diferença que acontece por repetição. É disto que trata o livro de Deleuze, “Diferença e repetição” (2006).

Em si mesma, a repetição em nada se altera; algo pode se repetir diversas vezes, sem que essa repetição seja a responsável por algo que se altera naquele para o qual se repete. Não é difícil encontrarmos exemplos disso em nosso dia-a-dia. É o que acontece, por exemplo, quando passamos numa mesma rua durante um certo período de tempo e, de repente, percebemos uma construção, uma casa que “nunca” tínhamos visto. Ela sempre esteve ali, mas não havia, ainda, “aparecido”.

A importância da repetição reside num “para-si” que ela instaura, ou seja, numa diferença que se imprime numa subjetividade por algo que a ela se apresenta repetidas vezes. É aí, então, que, a partir de hábitos contraídos, uma diferença é extraída da repetição. Isso é o que tratamos aqui por “hábito”.

A linguagem comum não se engana: contraímos hábitos durante nossa existência. A diferença desse uso corriqueiro para o uso da filosofia é que o hábito, para esta última, não está articulado ao comportamento, nem tampouco às atividades de alguém, o que se encontraria no campo representacional. Estamos falando de algo que está fora desse registro, de um momento de pura afecção. Somos, então, placa sensível, corpo vibrátil animado por sensações.

⁴ Para uma descrição do que tratamos por afeto, ver capítulo II, pág.

Entendemos a idéia de criação de Winnicott relacionada a esse momento como esta contração, na qual uma diferença se instaura no bebê, ainda no útero, e passa, então, a constituí-lo. A partir de seus impulsos agressivos, que se caracterizam nesse momento pela motilidade, o bebê ‘descobre’ o ambiente no qual está inserido, se constituindo a partir de sua relação com ele. Assim, se este ambiente é sentido como um facilitador de sua expansão, é possível falarmos de uma constituição do ser do bebê diferente da que se apresenta quando este ambiente é sentido como hostil.

No entanto, de uma forma geral, é possível conjecturarmos que, neste momento, as chances de que o bebê tenha uma experimentação favorável em sua relação com o ambiente são muito maiores do que o seu inverso. Dessa forma, ao nascer, todos teriam experimentado um ambiente suficientemente bom, o que daria margem para a ocorrência dos processos de deprivação⁵ e suas consequências num momento posterior.

Existe, também, neste momento, uma experiência corporal, na qual a constituição orgânica do bebê é composta por processos de contração, ou seja, por hábitos. No ventre, o bebê se encontra num ambiente perfeito que o supre de suas necessidades orgânicas e que, também, passa a constituí-lo de maneira cada vez mais complexa. A criação de hábitos se estende à esfera orgânica. Isso cria em seu corpo algo que está articulado com sua subjetividade, constituindo-o e fazendo que ele procure por continuar experimentando algo dessa ordem ao nascer. Dessa maneira, não podemos falar somente de uma psique ou de um soma, mas de um psicossoma.

Constituído por substâncias que o poupavam da sensação de fome enquanto ainda estava no ventre, ao sair ele precisa lidar com algo para o qual ainda não se encontra em condições de compreender. Neste momento, é em direção à mãe que ele vai, pois é este encontro que o vem constituindo desde sempre. São múltiplos os signos pelos quais o recém-nascido reconhece sua mãe neste momento, dentre eles está a voz.

E a mãe, então, lhe oferece o seio. Essa ação, quando feita repetidamente segundo os preceitos de um cuidado suficientemente bom, instaura no bebê um hábito, uma vez que ele contrái esses instantes e passa, então a esperar que esse

⁵ Estes processos têm como efeito a vivência pelo bebê de que algo que antes tivera, lhe foi roubado, retirado dele.

seio apareça. Isso acontece porque, pela experiência, passa a existir um passado retido na contração; podemos falar também de um futuro porque, uma vez contraída a diferença, cria-se uma expectativa de que ela venha a acontecer de novo. A dimensão temporal é essencial nesse processo.

Para que a subjetividade emergja, é preciso que algo dure no tempo – um tempo no qual não há uma linearidade que colocaria em ordem passado, presente e futuro, mas um tempo em que o presente vivo da duração contrai tanto o passado quanto o futuro: a partir da diferença que se instaura, todos os instantes sucessivos e independentes da repetição se encontram contraídos, o que constitui o passado; e, a partir da diferença, algo, inicialmente novo, passa a ser esperado, criando-se uma expectativa.

É assim que, num determinado momento, o bebê já consegue lidar com algumas sensações e sabe o que fazer com elas; ele, então, chora de maneira diferente quando tem fome ou quando tem dor. Pelas afecções, algo da ordem de uma apercepção acontece e, dessa maneira, o bebê se constitui subjetivamente. E não somente o bebê, mas a mãe também, pois do que tratamos é, essencialmente, de uma relação; o que implica em, no mínimo, dois que são mutuamente afetados.

Isto é, a mãe seria afetada tanto quanto o bebê. No entanto, ela já se encontra inserida num campo representacional. O fato de já nos encontrarmos dotados de atividades relacionadas a esse campo não nos retira de um modo passivo constituinte, no qual se inserem essas sínteses. Nesse sentido, a percepção remete à apercepção, a uma espécie de sensibilidade primária que somos. Da mesma maneira, somos remetidos às nossas sínteses orgânicas, que nos constituem enquanto psicossoma.

É assim que, para Winnicott, o amor de uma mãe por seu bebê envolve, também, o apetite, por exemplo. Da mesma maneira, é toda uma imagem corporal que é re-significada pela mulher que passa a ser mãe. “Tudo isto forma um rico domínio de *signos*, envolvendo sempre o heterogêneo e animando o comportamento, pois cada contração, cada síntese passiva é constitutiva de um signo que se interpreta ou se desdobra nas sínteses ativas” (Deleuze, 2006, pág.115; grifos do autor).

Dessa maneira, os signos em relação aos quais sentimos a presença da água quando estamos com sede não se assemelham aos elementos constitutivos da água e dos quais nosso organismo sedento carece. A água, então, é um signo que

comporta um ‘para-si’ da experiência. E nesse para-si, tanto o organismo quanto o que entendemos por psiquismo são afetados pelo que difere na contração. E é pela contemplação, pela contração, que o hábito se faz e a mãe aprende o que é ‘ser mãe’, ou seja, uma mãe se faz mãe na relação com seu filho.

A formulação de Deleuze sobre as sínteses passivas nos ajuda a melhor compreendermos os processos de constituição subjetiva nos quais o ser vivo não aparece meramente como um ser adaptativo, mas um ser que resolve problemas e é capaz de modificar sua relação com o meio, assim como também modificar a si próprio inventando novas estruturas internas⁶.

Pela constituição de uma memória pré-verbal, emerge uma subjetividade através da qual os processos criativos acontecem, e o bebê pode, devido aos cuidados de uma mãe suficientemente boa, desenvolver seus potenciais em sua continuidade de ser.

A seguinte citação de Deleuze resume o que viemos tratando até aqui; assim ele nos diz:

quando dizemos que o hábito é contração, não falamos, pois, da ação instantânea que se compõe com outra para formar um elemento de repetição, mas da fusão dessa repetição no espírito que contempla. É preciso atribuir uma alma ao coração, aos músculos, aos nervos, às células, mas uma alma contemplativa cujo papel é contrair o hábito. Não há nisto qualquer hipótese bárbara ou mística: o hábito manifesta aí, ao contrário, sua plena generalidade, que não só concerne apenas aos hábitos sensórios-motores que temos (psicologicamente), mas, em primeiro lugar, os hábitos primários que somos, às milhares de sínteses passivas que nos compõem organicamente. (Deleuze, 2006, pág.116)

Neste sentido, o eu passivo não é somente receptividade, mas, através da capacidade de ter sensações e pela contemplação contraente que constitui o próprio organismo antes de constituir-lhe as sensações, este eu não pode ser considerado simples. Trata-se de um eu larvar, dissolvido, que emerge desde que se estabeleça uma contemplação furtiva em algum lugar, “desde que funcione em algum lugar uma máquina de contrair, capaz, durante um momento, de extrair diferença à repetição” (Deleuze, 2006, pág.122). Nesse sentido, o eu é uma multiplicidade, posto que é diferença extraída.

⁶ Cf. capítulo II, pág.56.

Porém, esta síntese não acontece sozinha. A fim de que possamos compreender os processos que envolvem a constituição subjetiva e a criatividade é necessário que a ela seja atribuída uma outra síntese, chamada por Deleuze de segunda síntese passiva. Apesar do nome, não há entre elas uma ordem estabelecida e necessária; é importante que tenhamos em mente que elas acontecem concomitante e simultaneamente.

Na segunda síntese, observamos a constituição de uma memória cujo desdobramento é uma síntese ativa fundada sobre o hábito. A síntese passiva que funda a memória é distinta do hábito, este composto por contemplações contraentes. Pela instauração da memória, torna-se possível a reprodução, determinada pelas relações variáveis de semelhança e contigüidade conhecidas pelo nome de associação (Deleuze, 2006, pág.124).

Com o desdobramento dessa síntese passiva na síntese ativa, já é possível falarmos em representação. E a representação, neste caso, deve ser entendida não somente como o que representa alguma coisa, mas como portadora disso que ela representa acrescido da diferença contraída na contemplação. Ou seja, a representação, atual, representa o passado da experiência e representa, também, a si própria.

Dessa forma, há, sempre, em qualquer representação atual, um desdobramento virtual que com ela compõe. A isto, Deleuze chama de “síntese ativa da memória” (idem, pág.125). Winnicott não discorda de Deleuze neste ponto: a realidade externa nunca é apreendida em si mesma por um indivíduo, mas ela comporta sempre algo de singular na sua percepção e que se relaciona com suas experiências, ou, também podemos dizer que se relaciona com seu mundo próprio⁷, com suas afecções.

O mesmo acontece em relação à transicionalidade. É assim que o objeto transicional comporta sempre um mais além que não se esgota em sua representação atual. Ele é, ao mesmo tempo, real e subjetivo, objeto em si e mãe – mas vale dizer que não são as características personológicas da mãe que ele comporta, mas aquilo que, na experiência, na relação do bebê com a mãe foi contraído e assimilado à experiência, de tal maneira que possa ser evocado num outro momento.

⁷ A noção de mundo próprio será abordada mais adiante.

Esta evocação, no entanto, não acontece somente de forma proposital, segundo a vontade daquele que rememora. Pelo próprio desdobramento do objeto, algo da ordem do pré-verbal pode causar uma abrupta evocação da memória. Nesse caso, tratamos de uma memória involuntária. Para essa síntese, um passado da experiência se faz essencialmente importante, um passado que se refere a um tempo presente, posto que se atualiza no encontro, ao mesmo tempo em que, ausente de representações, se desdobra numa memória através das associações.

A memória involuntária se diferencia da voluntária principalmente porque esta última está calcada na representação e pressupõe uma vontade, um esforço. No primeiro caso, ao contrário, ela acontece à revelia do indivíduo e, ao se fazer presente, a lembrança, paradoxalmente, é como nunca fora antes. E é esse novo colorido que lança o indivíduo para a experimentação de algo que, embora lhe apareça como já vivido, possui, em si, um afeto inédito. Esta memória, então, está relacionada com as sensações.

Nesse momento em que se mesclam representação e irrepresentável ou, nas palavras de Winnicott, percepção e apercepção, o indivíduo é forçado a um movimento, justamente para que a representação possa dar conta daquilo que escapa. Nesse movimento, encontramos os processos criativos, uma vez que, impossíveis de serem pensadas separadamente, as duas sínteses passivas promovem desestabilizações nisso que é, em sua natureza, metaestável⁸.

A fim de aprofundarmos essa idéia de metaestabilidade, devemos, portanto, já inserir na discussão a terceira síntese, que acontece quando já não é mais possível falarmos de um passado, um presente e um futuro, porque, apesar de necessitar das outras sínteses, esta síntese provoca uma transformação nisso que já é, em si, metaestável. É então que passado, presente e futuro deixam de rimar, e o indivíduo, lançado no vazio que a experiência provoca, cria. Ou, ao contrário, sucumbe a esse movimento e se paralisa.

Dessa maneira, a terceira síntese está articulada aos movimentos nos quais é lançado o indivíduo a partir do encontro, movimentos esses que suspendem as formas de reconhecimento de um eu, levando o indivíduo a criar novas configurações.

⁸ Cf. capítulo II.

Como dissemos anteriormente, apesar de suas diferenças não há como pensarmos o funcionamento dessas sínteses em separado. Fazendo parte de um eixo de pensamento que percorre toda a obra de Deleuze, seguiremos, agora, com seu livro “Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia”, escrito juntamente com Félix Guattari. De uma forma geral, o que faremos a partir de agora é mostrar uma outra abordagem das sínteses permanecendo fiel ao pensamento do filósofo. Assim procederemos por considerarmos esse período de sua produção uma abordagem que em muito nos facilitará uma compreensão dos processos de constituição subjetiva em sua transversalização com a experiência cultural. Como faz parte de nosso trajeto, mantemos, ainda, uma interlocução com o pensamento de Winnicott, sobretudo no que diz respeito a uma reflexão acerca dos modos de subjetivação atuais.

Localizados num espaço que, paradoxalmente, remete às transformações, estando, portanto, sempre em movimento, os fenômenos transicionais nos permitem refletir acerca de uma dimensão política em nossa subjetividade. Nesse sentido, falamos de algo que se dá muito menos no campo da realidade efetuada do que da realidade em efetuação, ou seja, da que está em vias de se fazer.

Não podemos separar do campo político a dimensão impessoal, o processo de produção; em termos winnicottianos, os fenômenos transicionais, posto que estes estão diretamente relacionados a uma dimensão de alteridade que inclui, dentre outros, a dimensão da experiência cultural. A realidade em efetuação é aquela que está, justamente, inundada pelo movimento do devir.

No livro escrito com Félix Guattari, este e Deleuze dedicam um capítulo inteiro a essa questão. A proposta principal é que se possa pensar o ser a partir do devir. Neste sentido, o que vai importar são os processos através dos quais o indivíduo⁹, segundo a concepção winnicottiana, se constitui subjetivamente falando.

O resultado deste processo, do qual emerge o que entendemos por subjetivo, é o que vem sempre depois, num momento posterior aos acontecimentos que se dão neste espaço potencial, pois o que acontece aqui é uma diluição da forma. Como nos dizem os autores, o devir é o que tumultua os sentimentos subjetivos (Deleuze & Guattari, 2002, pág.12).

⁹ Cf. capítulo II, “considerações iniciais”, pág.40.

O campo do devir está aquém da representação. Ele pertence, tal como os fenômenos transicionais, a um não-lugar, a uma desterritorialização¹⁰. Dessa maneira, o devir não pode ser pensado em termos de uma correspondência de relações, nem de semelhança, imitação ou identificação, o que empobreceria o fenômeno considerado. O devir pode e deve ser qualificado sem ter um termo que seria algo que se encontra no campo representacional, como o que se ‘tornou’. Assim, podemos falar, por exemplo, de um devir-animal do homem, o que não implica em dizer que este homem teria se tornado um animal (identificação), ou se pareceria a um animal (semelhança), ou agiria como um animal (imitação).

É por acoplagem em blocos que procede o devir: a coexistência de realidades distintas que, ao devir, se desmaterializam. Dessa forma, num devir-animal do homem, já não podemos mais falar de um homem ou de um animal, por tratar-se, justamente, de um homem e de um animal que não são categóricos. Nesta relação, só é possível falar, paradoxalmente, de ‘um’ homem ou ‘um’ animal, indefinidos, caindo por terra toda a tentativa de atribuição de propriedades, seja para um ou para outro.

Dessa forma, o sentido do devir é criador, pois ‘um’ homem, da maneira como descrito acima, é ‘um’ homem em transformação, em devir. Algo irromperá a partir deste encontro no qual as formas se desmancham; mas o que virá não pode ser previsto nem mesmo calculado. Não há como predizer o que acontecerá aos termos em relação, ou seja, ao que acontecerá ‘entre’, sob as relações assinaláveis. Pensemos a relação do bebê com sua mãe: é ao mesmo tempo em que o bebê investe no meio que ele devém com esse meio, e o que está implicado no devir se duplica numa subjetividade

Desta maneira, podemos comparar um devir a um rizoma, com suas ramificações sem curso definido nem com um eixo central do qual partiriam seus ramos. Saindo da condição orgânica, podemos comparar, também, devir a um verbo, em toda a condição de processualidade que este convoca: o que importa está no ‘fazer’, e não no feito; no ‘ler’, e não no lido; no ‘amar’, e não no amado.

Numa compreensão acerca do devir que compõe com a concepção de Winnicott sobre desenvolvimento, o devir não é evolução, mas “involução”. Considerando a idéia de evolução como algo que vai do menos para o mais, a

¹⁰ Este conceito será abordado mais adiante.

invólucção, ao contrário, vai do mais para o menos: do mais diferenciado ao menos diferenciado. Isto é, em direção a uma desmaterialização das formas a fim de que outras possam emergir. Nesse sentido, a invólucção é criadora e, paradoxalmente, necessária à evolução.

O desenvolvimento se faz por lacunas, por velocidades variadas de rapidez e lentidão, por voltas espiraladas. Nesse movimento que não acontece de maneira constante, o indivíduo se constitui por acoplamentos, pela formação de blocos entre heterogêneos que acontecem por contágio, cujo resto compõe o que consideramos um Eu. O que está entre os termos da relação e que irá compor, num momento posterior, o indivíduo, é, por sua natureza, múltiplo: somos organismo, somos relações, somos cultura. E, dessa forma, nos territorializamos¹¹.

Um devir pode ser animal, devir-animal, pois “todo animal é antes um bando, uma matilha” (pág.20). Trata-se, aqui, de uma multiplicidade. “É esse o ponto em que o homem tem a ver com o animal. Não nos tornamos animal sem um fascínio pela matilha, pela multiplicidade. Fascínio do fora? Ou a multiplicidade que nos fascina já está em relação com uma multiplicidade que habita dentro de nós?” (idem) e faz vacilar o eu, nos arrancando da humanidade.

Talvez o poeta tenha mais liberdade para falar desse processo:

Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso. Estava deitado sobre suas costas duras como couraça e, ao levantar um pouco a cabeça, viu seu ventre abaulado, marrom, dividido por nervuras arqueadas, no topo do qual a coberta, prestes a deslizar de vez, ainda mal se sustinha. Suas numerosas pernas, lastimavelmente finas em comparação com o volume do resto do corpo, tremulavam desamparadas diante dos seus olhos.

- O que aconteceu comigo? – pensou.

(Kafka, 2002, pág.7)

Para que possamos compreender melhor do que trata o conceito de devir, devemos articular o que os autores tratam por ‘multiplicidade’ com a idéia de ‘intensidade’. O múltiplo, aqui, não se refere a uma série, mas a linhas e dimensões que provocam desestabilizações, limiares de tensão. E os devires não páram por aqui. Como nos dizem os autores,

¹¹ Este conceito será abordado mais adiante.

Não se deve atribuir aos devires-animais uma importância exclusiva. Seriam antes segmentos ocupando uma região mediana. Aquém deles encontramos devires-mulher, devires-criança (talvez o devir-mulher possua sobre todos os outros um particular poder de introdução, e é menos a mulher que é feiticeira e mais a feitiçaria é que passa por esse devir-mulher). Para além deles, ainda, encontramos devires-elementares, celulares, moleculares, e até devires-imperceptíveis (Deleuze & Guattari, 2002, pág.32)

Ao tratar desta maneira os processos de constituição subjetiva, o que acontece é uma abertura para pensarmos a emergência do indivíduo. É por conexões que devemos pensá-la, o que aponta para a política ou para a arte, por exemplo. Não se trata mais de apontar exclusivamente para a interioridade de um sujeito, mas para suas condições reais de experimentação. Nesse caso, experimentar é sinônimo de se agenciar.

Não importa qual o devir, eles têm em comum a particularidade de provocarem os processos de criação. Num encontro com algo que provoca movimentos no que já é em si metaestável, é o que pode ser sentido (na ordem da sensação e não do sentimento), o signo como instância intensiva o que importa. Encontrar um objeto, seja ele qual for, produz em nós, inevitavelmente, um esforço de reconhecimento. Entretanto, há algo singular ao encontro que provoca instabilidades.

Isso que não entra numa cadeia de reconhecimento só pode ser da ordem da sensação ou, utilizando um termo winnicottiano, da apercepção. Logo, na coisa encontrada, seja ela de que ordem for, há algo que lhe escapa e que com o indivíduo pode compor ou não. Isso que escapa não é qualidade de um objeto, nem é signo de alguma coisa, mas algo que desperta no indivíduo uma sensibilidade que antes não existia. Não pertencendo ao objeto nem ao sujeito, mas emergindo a partir do encontro, da relação que se estabelece, podemos falar em intensidade.

Esta operação é o pano de fundo de todos os processos criativos. Há alguma coisa que só pode ser sentida e que convoca o indivíduo a uma reconfiguração, deflagrando um processo autopoietico de criação de si. A isto que está no ‘entre’, fora do campo representacional, e que não está referido à coisa encontrada nem tampouco à subjetividade daquele que experimenta, chamamos ‘devir’. Os devires podem ser entendidos, então, como estados afetivos.

Intensidade é justamente o que não é representável e, como tal, marca uma diferença por comportar em si uma multiplicidade. Como dissemos anteriormente, há sempre, e necessariamente, um acoplamento, elementos heterogêneos que são, por sua vez, formados por outra série de elementos heterogêneos, caracterizando um “estado da diferença infinitamente desdobrada” (Deleuze, 2006, pág.356), chamado por Deleuze de “disparidade”.

A intensidade como razão do sensível da diferença traduz a constituição subjetiva a partir do encontro com o díspar, com o desigual – multiplicidades que encontram multiplicidades. Dessa forma, é importante que tenhamos em mente que, ao nos referirmos à “diferença” não tratamos do que *é* diferente, mas do que possibilita o próprio diferir, o que *está* se *diferindo*, sendo puro processo. À intensidade se liga o processo de individuação.

No ato de individuação, não há uma superação do problema, mas uma integração dos elementos díspares num estado de acoplamento que tem como critério assegurar uma ressonância interna. Dessa forma, podemos falar do indivíduo como uma metade pré-individual da qual constam suas singularidades. Não se trata aqui de um impessoal, mas de processos que respondem à questão “*quem?*” ao se atualizarem. Como nos diz Deleuze, “a individuação é o ato da intensidade que determina as relações diferenciais a se atualizarem, de acordo com linhas de diferenciação, nas qualidades e nos extensos que ela cria” (idem, pág.393).

Por ser todo processo de atualização insuficiente para esgotar a intensidade, podemos dizer que há algo que escapa aos processos de subjetivação. Há, ainda, um certo gradiente de intensidade individuante que comanda a atualização, sendo que aquela mantém sobre esta última um primado. O fato de ocorrerem processos de individuações que se fazem no extenso já desenvolvido e que esse extenso não dá conta diz de uma diferença que nunca se esgota no extenso. Anulada na superfície, contudo ela segue, subterrânea, implicada em si mesma. Atribuímos a essa diferença os processos criativos, inerentes ao viver.

O que queremos pontuar é que a individuação deve ser pensada como anterior aos processos de atualização, constituindo um reservatório de singularidades pré-individuais que participam dos processos de diferenciação. Ao falarmos de individuação, não tratamos de um caráter do Eu, mas, pelo contrário, nos referimos a um sistema onde o Eu encontra-se dissolvido.

Só podemos devir outro por um encontro com algo que difere de nós. Ao introduzirmos a idéia de objeto neste ponto visamos, em primeiro lugar, a uma desconstrução do par sujeito/objeto, uma vez que, como viemos apontando no desenrolar do texto, não existe essa separação, mas processos de constituição entre eles, sendo só num momento posterior que se torna possível falar em alguma diferenciação. Mesmo assim, isso só é possível mediante algumas reduções. Em segundo lugar, o desdobramento da idéia de objeto nos oferece uma maneira interessante de adentrarmos nos fenômenos transicionais a partir do pensamento de Deleuze.

Estes objetos, então, implicam uma dupla impossibilidade de completude: por estarem calcados na realidade externa, existe uma parte faltante que permanece na representação do objeto; por estar articulado à realidade interna, há nele um desdobramento por encontrar-se misturado com as experiências do indivíduo. A essa parte, trataremos como virtual. A falta da parte representacional ou atual existente no objeto virtual pontua seu aspecto parcial, não global, sendo por esse mesmo motivo englobante no sentido de um não esgotamento em totalizações. Ao falarmos de uma falta, atribuímos a ela uma estranha conotação de um excesso pela característica dupla da série objetual no que diz respeito aos fenômenos transicionais.

Para Deleuze, é a partir do encontro com um objeto que emerge essa dupla série como também constitutiva do subjetivo. Segundo ele, a impressão provoca um aumento de intensidade e, pelo efeito de coação do signo, a partir do encontro, há o acionamento de uma determinada faculdade, cujo objetivo é uma interpretação, uma produção de sentido. Sendo assim, ao falarmos em sentido, é também de produção que falamos: em relação aos processos criativos, não há sentidos a serem descobertos, mas sentidos a serem produzidos.

O objeto virtual, no entanto, possui tanta realidade quanto o objeto real, uma vez que não há como tirar da experiência esta relação com os objetos, sendo o sujeito, enquanto termo, o que dela emerge: somos sempre fruto do meio, do entre. É assim que até mesmo o objeto real não existe a priori, só se constituindo na relação, e é só tardiamente que podemos definir que se trata de um sujeito que busca um objeto – mesmo essa música tão especial pode passar despercebida em algumas circunstâncias: a música não é especial em si, mas se faz especial na relação que com ela travamos.

É ao mesmo tempo em que um encontro com um objeto o desdobra em atual e virtual, nos remetendo a um passado de experimentações e a um futuro de expectativas, na qual tentamos dar ao que emerge desta relação um sentido, que algo totalmente destoante se insinua: a conjugação dos dois momentos referentes ao passado e ao futuro se desfaz, dando lugar a uma violenta evasão do antigo, insuportável angústia que traz a certeza da morte por um desfalecimento das formas. Trata-se, aqui, da terceira síntese. Neste processo, se impõe ao indivíduo a necessidade de uma reorganização, de uma conciliação, a partir de um fim que se anuncia silenciosa e violentamente. Fim não do indivíduo, mas das formas que o compõem. Entendemos que podemos situar aqui o aspecto aterrorizante do brincar pontuado por Winnicott.

Este é o ponto exato da destruição das identidades. Momento de suspensão no qual cai por terra toda possibilidade de um transcendentalismo, de uma condição essencial determinante referida aos processos de subjetivação. Processo criativo, não é, entretanto, atribuível a nenhum agente criador, que seria o sujeito da relação. O que prevalece é o devir, sendo o que se apresenta, justamente, o impessoal – não se trata da morte de um eu.

Não há um “eu morro”, mas um “morre-se”. Tal aspecto da morte designa o estado das diferenças livres, ainda não submetidas a nenhuma forma – nem eu, nem Eu – desenvolvendo-se a partir de um desmanchar das identidades e do rompimento da coerência. Processo de desterritorialização.

Não obstante, crianças brincam. E é um tanto melhor que os adultos também possam brincar. Não há negociação possível quanto aos processos criativos que não inclua o brincar. No entanto, há que se percorrer os afetos que emergem das relações segundo uma prudência necessária para que não se caia no mais profundo dos abismos, que tem como resultante um total esmaecimento das formas; é preciso compor um plano de consistência, é preciso que haja uma terra que empreste fluidez aos processos inseparáveis de desterritorialização e territorialização. O brincar que, articulado aos processos criativos, deve ser entendido como experiência compartilhada que favorece a manifestação criativa, é passível de ser manifestado por qualquer vida humana (Rosário, 2007, pág.13). É através dele que a criança se constitui a partir de relações criativas com o mundo, amparada em um ambiente que a sustente.

A criança que brincar efetivamente sozinha, desde que em presença de alguém, em geral a própria mãe, integra a si mesma algo do mundo, que o ambiente coloca à sua disposição, e passa a utilizá-lo de uma forma ou de outra. Segundo Winnicott, se observarmos uma criança brincando, vemos que há sempre uma pessoa confiável, que permanece disponível quando a criança se lembra dela. A criança toma essa pessoa como alguém capaz de refletir, espelho vivo, o que se passa na brincadeira (Rogério Luz, s/d, pág.4)

A qualidade "potencial" do espaço intermediário se manifesta em sua dupla natureza: hiato entre o sujeito e o mundo, constantemente preenchido, porém, pela atividade lúdica. Distância, sim, mas distância percorrida; vazio necessário, imediatamente preenchido, não por representações substitutivas, mas pelo gesto, erótico e agressivo, que se exerce sobre a materialidade do mundo. Por isso mesmo, o espaço potencial é instável e, mesmo, terrificante (Rogério Luz, s/d, pág.7)

Com o devir, instauram-se processos de desterritorialização a partir dos quais o passado torna-se deficiente e já não mais possui capacidade de afetar o presente que, por sua vez, é 'metamorfose', devir-barata de Kafka. E ao futuro só resta ser criado. A morte é o modelo do devir, mas não a morte do indivíduo. O que há é um "morre-se" a fim de que o novo seja experimentado, havendo em qualquer morrer um deixar de ser para tornar-se.

Algo se passa e quebramos feitos copos e pratos: é a fissura (Deleuze, 2003). Tal qual o espaço transicional, ela não é nem interior nem exterior. A fissura se acha na fronteira, insensível, incorporal, inativa. Marca um estado de quebra no qual o repouso é obrigatório. Paradoxalmente, é só a partir daqui que o movimento acontece.

Pensar a criação tanto pelo viés winnicottiano quanto pelo deleuziano pressupõe um espaço ilocalizável no qual devemos nele repousar; uma parada para um relaxamento, que nos conduzirá a novas configurações subjetivas a partir de movimentos intensivos. Em comunicação com um núcleo que nos compõe, temos a experiência de que a vida vale a pena ser vivida em nossa relação com o mundo compartilhado.

3.6

A constituição do *self*

Tanto para Winnicott quanto para Deleuze, ou Deleuze em seu trabalho desenvolvido com Guattari, não é uma continuidade do mundo interno no mundo externo, ou vice-versa, o que interessa. Ao proceder dessa forma, o que se faz é uma valorização de um prolongamento de um mundo no outro, com as possíveis consequências que se imprimem em um ou em outro, fortalecendo essas realidades como algo separado.

Para ambos, o que importa é o movimento, o que se encontra em trânsito entre essas realidades, o que está para além da fixidez desses dois mundos: é isto o que os autores entendem por “acontecimento”, como algo que não se realiza em um estado de coisas. Como nos diz Rogério Luz, “é na superfície de articulação entre o sujeito e o mundo que reside o princípio de diferença, singularização e variabilidade do sujeito” (Rogério Luz, s/d, pág.6).

É a partir destes preceitos que devemos compreender o conceito de *self* para Winnicott, conceito este que diz respeito diretamente à constituição subjetiva. Ainda que se refira a um momento mais tardio do desenvolvimento, não é possível abordarmos o *self* sem, antes, ter conhecimento de suas implicações com o período de indiferenciação entre o bebê e a mãe suficientemente boa. Como nos diz Bezerra,

boa parte daquilo que é mais original na obra de Winnicott deriva de sua percepção de que bem antes de ingressar na dinâmica das relações objetais, nas interações intersubjetivas e seus conflitos, o bebê atravessa fases nas quais os elementos sensoriais e motores de sua experiência vão progressivamente – pela ação bem sucedida da mãe – adquirindo contornos existenciais, até atingir o ponto em que se

poderá falar com propriedade de um *self*. Sua observação das relações precoces entre mãe e bebê fez Winnicott concluir que nesta fase inicial só se pode supor um *self* potencial (Bezerra, 2007, pág.39; grifos do autor)

A citação acima reúne, de uma maneira condensada, o que vimos tratando ao longo do texto. Como vimos anteriormente, é somente por um cuidado suficientemente bom que a criança começa a travar relações objetais; na mesma medida, esses cuidados proporcionam a constituição do que é denominado por Winnicott de “*self*”, ou seja, o *self* não faz parte da existência desde o seu início. Como nos diz Bezerra, no início é possível supor somente um *self* potencial que, se tudo vai bem, encontra as condições necessárias para sua emergência.

Essas condições, basicamente falando, são a estabilidade, a previsibilidade e a capacidade de provisão da mãe-ambiente. A partir delas, o bebê pode experimentar uma continuidade de ser, cujo prolongamento se faz num sentimento de sentir-se real. Dessa maneira, os processos de integração, personalização e realização, importantes para a constituição subjetiva, podem acontecer. Percorrido este caminho, a emergência do *self* é possível. “O *self* se define propriamente não como uma estrutura, mas como uma experiência: um sentimento de continuidade do ser, ou de existência continuada no tempo (*going on being*)” (Bezerra, 2007, pág.47).

Como uma experiência continuada no tempo, podemos atribuir à constituição do *self* a formação das sínteses passivas. Através delas, podemos melhor compreender o psiquismo como uma expressão da vida, assim como podemos, também inserir na discussão a noção de psicossoma tão cara a Winnicott. Pois, ao falarmos de *self*, não devemos atribuir ao psíquico ou ao corpo uma relação de prioridade, mas devemos pensar a emergência do *self* a partir da conjugação entre essas duas instâncias. Não entrando numa relação de litígio com o pensamento winnicottiano, as sínteses emprestam a nossa constituição enquanto psicossoma “o caráter de movimento, fluidez e transformação inerente ao fato vital” (idem, pág.48).

As sínteses, assim como o termo *self*, trazem em si uma característica essencial e que ressoa em ambos os campos: a sua constituição pelo que há de mais elementar, natural, pré-verbal. No entanto, não é possível reduzir a compreensão de *self* às sínteses. Como parte de nossos objetivos neste percurso,

há que se proceder às intercessões, e não às reduções. É também nesse sentido que não pretendemos chegar a uma definição sobre o que o *self* “é”, mas nos importa analisar como ele funciona, o que ele articula.

Chegar a uma definição pontual acerca do *self* talvez seja tarefa impossível. De acordo com Bezerra, o *self* é fundamentalmente processual, expressão da continuidade de ser que somente nos estados patológicos e de inibição ele é dominado pela estabilização ou pela inércia. Em sua essência, o *self* é processo de mutação no *continuum* espaço-tempo (idem).

Sua natureza essencial reside no movimento constante de autoconstrução e desconstrução, integração e não-integração, que lhe dá caráter de experimentação contínua, na busca criativa de um sentido para a experiência do viver. Nem propriamente interno nem externo, ele só se revela em sua plenitude quando as fronteiras entre a realidade interior e a realidade exterior se encontram esmaecidas, e sua natureza criativa pode se manifestar. *Quando observamos o self em ação não encontramos uma entidade individual diante de um meio separado dele. Seu lugar é o campo relacional que une e separa ao mesmo tempo indivíduo e ambiente, a interioridade e a exterioridade* (idem, grifos nossos).

À noção de fenômeno transicional corresponde a de um *self* que começa a se unificar a partir de núcleos isolados. O *self* é também um “intermediário”: ele se constitui a partir dos núcleos libidinais autônomos, eróticos e agressivos, que formam a substância mesma da vida espontânea, em contato com o que o meio ambiente oferece.

No início, o *self* do bebê é somente potencial, uma vez que ele é, de fato, o resultado do processo de personalização que permite o surgimento da experiência da psique habitando o corpo, o soma, cujo efeito é a produção de um *self* localizado no corpo. Assim instalado, este *self* encontra-se apto a acumular vivências pessoais e a habitar uma existência que une o presente à memória passada da experiência e ao futuro antecipado. De acordo com Bezerra, o verdadeiro *self* é a “fonte da criatividade originária que se radica na vitalidade do corpo” (Bezerra, 2007, pág.44).

Em toda a obra de Winnicott, encontramos o fato de que o sujeito é sempre auto-hetero-constitutivo (De Leo, 2005, pág.37), resultado de mecanismos complexos que extrapolam estruturas delimitadas, posto que sempre em

movimento. A essa característica própria do vivo, devemos atribuir a diferença que o coloca como singular frente ao mundo, diferença esta que se instaura a partir do encontro entre o potencial herdado do indivíduo em sua relação com o ambiente. Inicialmente, este movimento acontece através do que Winnicott denominou “criatividade primária”, e assim, o indivíduo emerge, ao criar o mundo através do fenômeno da apercepção, ao mesmo tempo em que cria a si mesmo.

A experiência (onipotente) de criar a si mesmo e o mundo permitirá que aquilo que está sendo construído a partir da ilusão adquira, paradoxalmente, um sentido de realidade para o sujeito. Desse modo, surge um sentimento de confiança e de realização baseado na crença de que algo do *self* pode ser projetado, imprimindo uma “marca” pessoal no vasto mundo da realidade compartilhada. Esta “marca” legitima o impulso criativo ao possibilitar o seu reconhecimento como tal, instaurando para o sujeito o sentimento de ser e pertencer. (De Leo, 2005, pág.37)

A experiência de sentir-se vivo e que a vida vale a pena ser vivida é a prerrogativa para a constituição do *self* e encontra-se inseparável do viver criativo. Nesse sentido, tratamos do que Winnicott denomina “verdadeiro *self*”, um *self* pessoal psicossomaticamente integrado, pronto para as trocas com o outro e com o ambiente (De Leo, 2005, pág.40). Como nos diz De Leo, “ele provém da vitalidade dos tecidos corporais e da atuação das funções do corpo, incluindo a ação do coração e a respiração sendo, de início, essencialmente não reativo aos estímulos externos” (idem). Nesse sentido, o ambiente deve ter tido uma função suficientemente boa.

A provisão do meio, ao possibilitar a continuação da vida dos tecidos e a saúde dos processos fisiológicos fornece ao ser em vias de integração um apoio que se traduz num substrato somático, permitindo a sua continuidade de ser. Além disso, este ambiente possui a característica de não se impor, permitindo ao bebê uma existência livre de preocupações ou perturbações que estariam para além de sua capacidade para com elas lidar.

Nesta ambientação favorável, o *self* emerge tão logo haja qualquer tipo de organização mental que seja do indivíduo, ainda que seja nos primórdios da existência, o que significa um pouco mais do que o somatório do viver sensório-motor (idem, pág.40).

A contrapartida desse ambiente facilitador é aquele no qual falhas grosseiras induzem ao trauma e ao estabelecimento de defesas rígidas que culminam com o

aparecimento de um falso *self* reativo e adaptativo. De acordo com De Leo, para Winnicott

uma falência significativa da provisão ambiental no tempo da dependência absoluta interrompe o sentimento de continuidade de ser do bebê, impedindo, posteriormente, que o sujeito vivencie plenamente a experiência de sentir-se real e de habitar um corpo, encarnar-se - experiência básica de subjetivação e de personalização, pois é possível classificar as doenças em termos de colapso ambiental (De Leo, 2005, pág.38/39)

O falso *self*, então, se apresenta como uma alternativa ao que é considerado por Winnicott a presença de algo essencial a respeito de alguém, algo incomunicável e sagrado e que deve, portanto, ser digno de preservação: o verdadeiro *self* (Winnicott, 1963a). A adaptação precoce ao ambiente impede a formação deste núcleo verdadeiro que nos constitui sendo, portanto, o papel essencial da mãe proteger o *self* de seu bebê, o que acontece naturalmente segundo a prerrogativa do cuidado suficientemente bom.

Uma adaptação precoce ao ambiente promove na subjetividade emergente do bebê a constituição de um falso *self* a fim de que este possa, então, lidar com as exigências desse meio sem que, no entanto, o *self* verdadeiro seja atingido, sendo esta a sua função defensiva. Como nos diz Phillips, “seu conceito de falso *self* viria a tratar do repertório de modos encontrados pela criança para lidar com a realidade interna invasiva da mãe” (Phillips, 2006, pág.97).

A fim de lidar com essas questões, o falso *self* pode se tornar habitual e, ao viver reativamente, ativamente se cercar de reivindicações “como forma tanto de tentar sentir-se vivo, como de transformar o que uma vez foi uma experiência passiva em uma experiência mais ativa, através da reivindicação de exigências” (idem, pág.140). Nesse caso, a sensação de real não se faz presente e, no seu lugar, reina a sensação de futilidade e de que a vida não vale a pena ser vivida. As dificuldades inerentes à vida não podem ser alcançadas e nem tampouco há satisfação. O falso *self*, então, esconde o verdadeiro *self*, se submetendo às exigências do meio e reagindo aos estímulos, ausente que está da possibilidade de criar.

Assim nos diz Winnicott:

O melhor exemplo que posso dar é o de uma mulher de meia-idade que tinha um falso *self* muito bem sucedido, mas que por toda a vida tinha a sensação de não ter começado a existir e que tinha estado sempre procurando um jeito de chegar ao seu *self* verdadeiro. Ela ainda está em análise, que se prolonga por muitos anos (Winnicott, 1960b, pág.130)

Mas ainda há esperança: segundo Winnicott, dessa maneira o falso *self* está ganhando tempo para que um ambiente suficientemente bom seja encontrado e o desenvolvimento possa, então, recomeçar. É só assim que pode haver a emergência do verdadeiro *self*, pois este, de acordo com Winnicott em seu texto “Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso *self*”, nos diz que ele nada mais faz a não ser reunir os detalhes da experiência de estar vivo.

O verdadeiro *self* não é o que cada pessoa tem de real, o que dá a impressão de que haveria uma essência que nos constituiria, mas o que, para cada pessoa, dá o sentimento de real, o que está, inexoravelmente, articulado às experiências singulares de cada um (Phillips, pág.181). E sentir-se real é mais do que existir. Essa experiência só é possível se o indivíduo descobre um modo de existir que não se encontra submetido ao meio, mas um existir sendo si mesmo e capaz de se relacionar com objetos sendo quem se é, e de ter um *self* para dentro do qual se recolher e relaxar (idem, pág.182). Ou seja, um viver criativo.

Apesar de tudo isso que falamos acerca do falso *self*, este tem como função principal uma proteção do verdadeiro *self*, uma defesa contra algo com o qual é impossível lidar e que poderia resultar em aniquilação. Nesse sentido, ele se organiza de diferentes maneiras, indo de um ponto extremo a casos mais atenuados e que não chegam nem mesmo a constituir uma patologia. O falso *self* tem, então, três funções:

ele cuida, dentro de severas limitações, da mãe; ele oculta e protege o *Self* Verdadeiro, submetendo-se às exigências do ambiente; e ele também é um “cuidador”, como uma enfermeira que cuida de uma criança, tomando a função de cuidar do ambiente que falhou. Trata-se de uma forma primitiva de auto-suficiência na ausência do cuidado (Phillips, 2006, pág.190)

No caso contida na citação de Winnicott mais acima, onde ele nos fala de uma paciente de meia-idade, esta se refere ao seu falso *self* como um “*self* amaseca”, este o responsável, inclusive, pela sua inserção na psicanálise. O falso *self*,

construído sobre identificações, substitui e parece ser a pessoa real. Como nos diz Phillips, ele representa ter modos socialmente falando (idem, pág.191) e se apresenta mediante qualidades adaptativas.

Por sua vez, em relação ao verdadeiro *self* podemos dizer que dele emerge o gesto espontâneo, este sendo o verdadeiro *self* em ação. Ele é a fonte do que é autêntico em uma pessoa, e somente ele pode ser criativo e oferecer a sensação de sentir-se real. Também ligado ao viver físico, “é o corpo enquanto criativo” (idem, pág. 192).

Estes casos, em que o falso *self* se implanta como real de tal maneira que nos leva a pensar que trata-se da pessoa real, é considerado por Winnicott um caso extremo no qual o verdadeiro *self* permanece oculto. Apesar dessa aparência solidificada, este *self* substitutivo ao verdadeiro *self* inevitavelmente falha nos relacionamentos de convivência, trabalho ou amizade, ou seja, em situações que exigem a presença de uma pessoa integral.

Num caso menos extremo, o verdadeiro *self* tem uma espécie de vida secreta. Apesar da manifestação do falso *self* ser preponderante, uma vez que sua presença é no sentido de defender o verdadeiro *self*, este é percebido como potencial. A finalidade do falso *self*, aqui, é positiva, e implica numa preservação do indivíduo em condições anormais.

Numa organização que pode ser colocada mais para o lado da normalidade, o principal interesse do falso *self* é procurar condições que tornem possível ao *self* verdadeiro emergir. No entanto, se estas condições não podem ser encontradas por uma reação desfavorável do ambiente, novas defesas terão de ser reorganizadas a fim de que o verdadeiro *self* seja protegido. O limite deste funcionamento é o suicídio que, neste contexto, é a destruição do *self* total para evitar o aniquilamento do *self* verdadeiro.

Quando o suicídio é a única defesa que resta contra a traição do *self* verdadeiro, então se torna tarefa do falso *self* organizar o suicídio. Isto, naturalmente, envolve sua própria destruição, mas ao mesmo tempo elimina a necessidade de sua existência ser prorrogada, já que sua função é a proteção do *self* verdadeiro contra insultos (Winnicott, 1960b, pág.131).

Uma situação comum em relação à emergência do falso *self* é em sua relação com a mente. Neste caso, num indivíduo que tem um grande potencial intelectual, a mente pode se tornar o lugar do falso *self*, acontecendo assim um fenômeno no qual a mente se separa do psicossoma, constituindo-se como uma entidade separada. É o fenômeno denominado por Winnicott de “psique-mente”¹². Em alguns casos, este indivíduo constituído desta forma apresenta um alto grau de êxito acadêmico, e fica difícil para as pessoas em seu entorno acreditarem na existência de um distúrbio no indivíduo em questão. Este, no entanto, quanto mais é bem sucedido, mais se sente falso.

A constituição do falso *self* também acontece dentro dos padrões de uma normalidade, onde ele se apresenta pela organização integral da atitude social polida e amável, necessário para a manutenção das relações sociais a partir das quais o indivíduo, muitas vezes, tem que adiar uma satisfação ou, para obter algum ganho na vida social, lança mão do falso *self* a fim de estar em melhores condições em relações sociais. (Cf. Winnicott, 1960b, pág.130/131).

Esta organização do falso *self*, adaptada ao ambiente, não ocorre automaticamente. Na verdade, ela só acontece mediante a emergência do verdadeiro *self* que, por sua vez, tem como prerrogativa uma adaptação suficientemente boa da mãe às necessidades vividas pelo bebê. Nesse sentido, achamos importante as palavras do próprio Winnicott:

há um aspecto submisso do *self* verdadeiro no viver normal, uma habilidade do lactente de se submeter e de não se expor. A habilidade de conciliação é uma conquista. O equivalente do *self* verdadeiro no desenvolvimento normal é aquele que se pode desenvolver na criança no sentido das boas maneiras sociais, algo que é adaptável. Ao mesmo tempo, na normalidade, a conciliação deixa de ser aceitável quando as questões se tornam cruciais. Quando isso acontece o *self* verdadeiro é capaz de se sobrepor ao *self* conciliador. Clinicamente isto constitui um problema recorrente na adolescência (Winnicott, 1960b, pág.137)

Em suma, o falso *self* não deve ser considerado, essencialmente, algo da ordem de uma patologia. No indivíduo normal, mesmo que ele se manifeste, não haverá uma submissão ou adaptação excessiva ao ambiente, e o indivíduo poderá, ainda, ser espontâneo e criativo. “Dito de outro modo, normalidade aqui está intimamente ligada à capacidade do indivíduo de viver em uma área que é

¹² Ver também capítulo II.

intermediária entre o sonho e a realidade, aquela que é chamada de vida cultural” (idem).

O seu oposto se traduz numa incapacidade para o compartilhamento dessa experiência, resultando numa pobreza da vida cultural. Nestas pessoas, ao invés de objetivos culturais, observamos uma extrema inquietação, incapacidade de concentração e uma necessidade de colecionar ilusões da realidade externa, “de modo que a vida toda do indivíduo pode ficar cheia de reações a essas ilusões” (idem).

A vida cultural e o contexto no qual nos encontramos inseridos tem implicação direta na maneira pela qual somos constituídos, e isso se aplica até mesmo quando nos referimos aos primórdios da relação mãe/bebê, pois essa mãe em questão está imersa na cultura. Dessa maneira, a teoria de D.W.Winnicott como um todo é uma ferramenta de suma importância para que possamos reavaliar o papel da cultura como uma contribuição positiva e constitutiva à experiência humana. Vale dizer, portanto, que todo psíquico é desde sempre, também, social. (De Leo, 2005, pág.39).